



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE DEZEMBRO DE 1991

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da audição parlamentar n.º 4/VI, do projecto de deliberação n.º 8/VI e de requerimentos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos relativo à substituição de um deputado do PSD.

A Câmara guardou um minuto de silêncio pelas vítimas do massacre ocorrido em Timor Leste.

Em declaração política, o Sr. Deputado André Martins (Os Verdes) chamou a atenção da Câmara para o estado de degradação em que se encontra o Museu da Marioneta de Lisboa, tendo apresentado um projecto de deliberação no sentido de a Comissão de Educação, Ciência e Cultura promover uma audição parlamentar a diversas entidades.

Em declaração política, o Sr. Deputado José Pacheco Pereira (PSD) criticou afirmações do Sr. Presidente da República a respeito da Alta Autoridade para a Comunicação Social, tendo respondido, no fim, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP), Jaime Gama e Manuel Alegre (PS) e Manuel Queiró (CDS) e a um protesto do Sr. Deputado Almeida Santos (PS).

Também em declaração política, o Sr. Deputado Marques da Costa (PS) congratulou-se com o sucesso a que chegaram as conferências intergovernamentais realizadas em Maastricht.

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Lino de Carvalho (PCP) analisou criticamente a proposta de reforma da Política Agrícola Comum.

O Sr. Deputado Manuel Azevedo (PSD) alertou a Câmara para o problema do tráfico e consumo de droga nos Açores.

O Sr. Deputado Arons de Carvalho (PS) condenou a actuação da RTP e a deliberação da Alta Autoridade para a Comunicação Social relativamente a uma mensagem do Sr. Presidente da República enviada a esta Assembleia.

O Sr. Deputado Elói Franklin Ribeiro (PSD) referiu-se a questões do distrito de Vila Real. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado António Martinho (PS).

A Sr.ª Deputada Rosa Maria Albernaz (PS) falou acerca do desenvolvimento da zona norte do distrito de Aveiro e respondeu depois a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Manuel Batista Cardoso (PSD).

O Sr. Deputado Jorge Paulo da Cunha (PSD) protestou contra a condenação à morte de estudantes timorenses pelas autoridades indonésias e referiu-se aos graves problemas resultantes do tráfico de droga no nosso país, respondendo a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Raul Brito (PS) e Lino de Carvalho (PCP).

A Sr.ª Deputada Lourdes Hespanhol (PCP) abordou a situação em que se encontra, na região de Mértola, o parque mineiro de São Domingos e Pomarão.

O Sr. Deputado António Filipe (PCP) teceu considerações sobre as dificuldades por que passa o ensino especial.

Entretanto, tiveram lugar as eleições para as delegações ao Conselho da Europa, à União da Europa Ocidental, à Assembleia do Atlântico Norte e à União Interparlamentar.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adriano da Silva Pinto.
 Alberto Cerqueira de Oliveira.
 Alberto Monteiro de Araújo.
 Álvaro José Martins Viegas.
 Ana Paula Matos Barros.
 António Barradas Leitão.
 António Correia Vairinhos.
 António da Silva Bacelar.
 António de Carvalho Martins.
 António do Carmo Branco Malveiro.
 António Esteves Morgado.
 António Fernandes Alves.
 António Germano Sá e Abreu.
 António Maria Pereira.
 António Paulo Martins Pereira Coelho.
 António Roleira Marinho.
 Aristides Alves Nascimento Teixeira.
 Arlindo da Silva Moreira.
 Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
 Arménio dos Santos.
 Belarmino Henriques Correia.
 Bernardino Gata da Silva.
 Carlos Almeida Figueiredo.
 Carlos de Almeida Coelho.
 Carlos Manuel Duarte Oliveira.
 Carlos Lopes Pereira.
 Carlos Lélis Gonçalves.
 Carlos Manuel Marta Gonçalves.
 Carlos Miguel de Oliveira.
 Carlos Manuel Oliveira da Silva.
 Cecília Pita Catarino.
 Delmar Ramiro Palas.
 Domingos José Soares A. Lima.
 Domingos Duarte Lima.
 Duarte Rogério Matos V. Pacheco.
 Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.
 Elói Franklin Fernandes Ribeiro.
 Ema Maria Lóia Paulista.
 Fernando José Roque Correia Afonso.
 Fernando dos Reis Condesso.
 Fernando Marques de Andrade.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Fernando Santos Pereira.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco João Bernardino da Silva.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 Guilherme Henrique V. Rodrigues Silva.
 Hilário Torres Azevedo Marques.
 José Alberto Granja dos S. Silva.
 João de Oliveira Martins.
 João do Lago V. Mota.
 João Domingos Abreu Salgado.
 João Álvaro Poças Santos.
 João José da Silva Maças.
 João Eduardo Gouveia.
 João José Pedreira de Matos.
 Joaquim Cabrita Neto.
 Joaquim Cardoso Martins.

Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Maria Fernandes Marques.
 Joaquim Vilela de Araújo.
 Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
 José Alberto Puig dos Santos Costa.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José Manuel Borregana Meireles.
 José Coelho do Reis.
 José de Almeida Cesário.
 José Álvaro Pacheco Pereira.
 José Freitas Costa Leite.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Leite Machado.
 José Macário Custódio Correia.
 José Manuel da Silva Costa.
 José Mário Gaspar.
 José Mário Lemos Damião.
 José Reis Leite.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Martins.
 Luís Carlos David Nobre.
 Luís Carrilho da Cunha.
 Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
 Luís Manuel Costa Geraldès.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Albino Casimiro de Almeida.
 Manuel Antero da Cunha Pinto.
 Manuel Azevedo.
 Manuel Batista Cardoso.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Lima Amorim.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria da Conceição Figueira Rodrigues.
 Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
 Maria de Lurdes Póvoa Costa.
 Maria Fernanda Dias Cardoso.
 Maria Fernanda Correia da Mota Pinto.
 Maria Leonor Beleza.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
 Maria Margarida de Sousa.
 Marília Dulce Pires Morgado.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mário de Oliveira Santos.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira.
 Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.
 Nuno Francisco F. Dclerue Alvim de Matos.
 Olinto da Cruz Ravara.
 Pedro Domingos de Sousa Holstein Campilho.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Rui Carlos Alvarez Carp.
 Rui Chancerelle de Machete.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva.
 Simão José Ricon Peres.
 Telmo José Moreno.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.
 Vítor Manuel Igreja Raposo.
 Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Bernardes Costa.
 Alberto de Sousa Martins.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Américo Albino Salteiro.
 Ana Maria Dias Bettencourt.
 António Alves Martinho.
 António Crisóstomo Teixeira.
 António Fernandes da Silva Braga.
 António de Almeida Santos.
 António Domingues Azevedo.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Marques Júnior.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro Marques da Silva.
 Armando António Martins Vara.
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
 Carlos Cardoso Laje.
 Edite Fátima Marreiros Estrela.
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião.
 Eurico José Palheiros de Figueiredo.
 Fernando Manuel Costa.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Guilherme d'Oliveira Martins.
 Gustavo Rodrigues Pimenta.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Maria Lemos de Menezes Ferreira.
 José Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Américo Fialho Anastácio.
 Jorge Lação Costa.
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Gameiro dos Santos.
 José Manuel Lello Almeida.
 José Manuel Magalhães.
 José Rebelo dos Reis Lamego.
 José Rodrigues Pereira dos Penedos.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos.
 Luís Manuel Capoulas Santos.
 Luís Filipe Madeira.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Sampaio.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Vidreira Lopes.
 Raul Fernando Sousa da Costa Brito.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rogério Conceição Martins.
 Rosa Maria Albernaz.
 Rui António Ferreira da Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Silva Viana de Sá.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Tavares Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Manuel de Almeida Cambra.
 Manuel Rodrigues Queirós.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira e Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.
 Mário António Baptista Tomé.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas e dos requerimentos que deram entrada na Mesa.

O Sr. **Secretário** (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, a audição parlamentar n.º 4/VI (deputado do PCP João Amaral — Sobre o abate de 1700 pinheiros do Parque Florestal de Monsanto pela Junta Autónoma de Estradas —, que baixou à 6.ª Comissão, e o projecto de deliberação n.º 8/VI (PCP) — Sobre a reunião de parlamentares em Lisboa para análise e discussão da situação em Timor Leste —, que baixou à Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste.

Srs. Deputados, nas últimas reuniões plenárias foram apresentados à Mesa os seguintes requerimentos: a diversos ministérios, formulados pelos Srs. Deputados Luís Sá, José Macário Correia e Agostinho Lopes; à Secretaria de Estado do Orçamento, formulado pelo Sr. Deputado João Proença; ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, formulados pelos Srs. Deputados António Vairinhos, José Magalhães, Fernando Costa, Lino de Carvalho, Mário Tomé, João Rui de Almeida e Luís Sá; ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs. Deputados José Apolinário, Ana Maria Bettencourt, Luís Sá, Lourdes Hespanhol e António Filipe; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs. Deputados Jerónimo de Sousa, Mário Albuquerque, Fernando Costa, Agostinho Lopes, José Gameiro dos Santos, Fialho Anastácio, Virgílio de Oliveira Carneiro, José Macário Correia e Jorge Paulo da Cunha; ao Ministério da Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados Alberto Cerqueira de Oliveira, Manuel dos Santos e Jorge Paulo da Cunha; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado Caio Roque; ao Governo, formulados pelos

Srs. Deputados Lourdes Hespanhol, João Rui de Almeida, Gustavo Pimenta, Guilherme Oliveira Martins, José Magalhães e António Filipe; ao Ministério do Planeamento e da Administração do Território, formulados pelos Srs. Deputados Américo Salteiro e Lourdes Hespanhol; ao Ministério da Agricultura, formulados pelo Sr. Deputado José Macário Correia; à Secretaria de Estado da Cultura, formulados pelos Srs. Deputados Alberto Cerqueira de Oliveira, Mário Tomé e Guilherme Oliveira Martins; ao Ministério da Justiça, formulado pelo Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins; ao Instituto Nacional de Estatística e à Imprensa Nacional-Casa da Moeda, formulados pelo Sr. Deputado Guilherme Oliveira Martins; ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado José Mário Gaspar; ao Ministério da Indústria e Energia, formulados pelos Srs. Deputados José Macário Correia e Luís Sá; ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado João Amaral; à Câmara Municipal de Lisboa, formulado pelo Sr. Deputado José Macário Correia.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados.

O Sr. Secretário (Lemos Damião): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relatório e parecer é do seguinte teor:

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos, realizada no dia 11 de Dezembro de 1991, pelas 15 horas, foi observada a seguinte substituição de deputado: solicitada pelo PSD — Jaime Carlos Maria Soares (círculo eleitoral de Coimbra) por João Eduardo Dias Madeira Gouveia.

O parecer da Comissão foi de que a substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, fui informado, pela comunicação social, de que havia um movimento nacional no sentido de que os serviços e as instituições do País, em geral, guardassem um minuto de silêncio pelas vítimas da opressão sobre o povo de Timor.

Assim, peço aos Srs. Deputados que durante o próximo minuto cada um de vós interiorize esse minuto guardando silêncio, de pé.

A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.

Srs. Deputados, para as eleições que se vão realizar na Sala D. Maria entre as 16 e as 18 horas, conforme o agendado, serão escrutinadores os Srs. Vice-Secretários — de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 27.º do Regimento — Belarmino Correia, José Reis, Alberto Monteiro de Araújo e Maria da Conceição Rodrigues.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, no dia 19 de Novembro recebi uma delegação de deputados da Comissão dos Assuntos Europeus da Câmara dos Comuns inglesa.

Como certamente se recordarão, 19 de Novembro foi o dia de luto nacional pelos acontecimentos em Timor Leste e nessa altura tive oportunidade de sensibilizar os deputados do Parlamento inglês para essa situação.

Agora fui informada de que foi aprovada, na Câmara dos Comuns, uma moção sobre Timor Leste, que, se o Sr. Presidente me permitisse, passarei a ler:

«A Câmara dos Comuns condena o chocante massacre de cerca de 200 inocentes e pacíficos manifestantes no dia 12 de Novembro de 1991 em Díli, Timor Leste, por soldados e polícias das forças indonésias; recorda que um terço da população civil deste território sofreu um destino semelhante às mãos da Indonésia desde 1976; chama a atenção das Nações Unidas para que tome as medidas necessárias à investigação deste último e trágico massacre e previna eventuais repetições no futuro; requer às autoridades indonésias a introdução de um plano para a autodeterminação do povo de Timor Leste.»

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que era importante que a Câmara tomasse conhecimento de que o Parlamento inglês se associou à nossa preocupação e tomou esta medida, que, como já referi, foi aprovada na Casa dos Comuns. De seguida, entreguei à Mesa a moção que acabei de ler para que esta tome as diligências que achar adequadas.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr.ª Deputada.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.ª e Srs. Deputados: A atenção e o empenhamento que nos últimos sete anos os responsáveis governamentais deste país têm dedicado, praticamente em exclusivo, à promoção do investimento público e à criação de melhores condições ao investimento privado para garantir, a qualquer preço, o aumento da produtividade, do crescimento económico e das taxas de lucro têm remetido para prioridades tantas vezes anunciadas como adiadas investimentos em domínios cuja necessidade e premência é por todos reconhecida e por muitos exigida.

A concepção economicista do desenvolvimento da sociedade encerra em si o determinismo das prioridades, embora estas nos sejam sempre apresentadas como opções inadiáveis e como o único caminho para se atingir a modernidade, o progresso e a sociedade da abundância. Valores em que somos levados a acreditar, como acreditamos nos produtos que encerram as bonitas e apelativas embalagens das montras de supermercados, que somos levados a comprar mesmo quando, por experiência própria, sabemos que são de duvidosa qualidade para consumir e que o preço a pagar é demasiado elevado.

De facto, para uma grande parte dos governantes deste país, a qualidade do ambiente, a qualidade e a facilidade de acesso à saúde e à educação, bem como a defesa e promoção do património histórico-cultural e a democracia no acesso à cultura são ainda valores — de entre outros — que, embora reconhecidos unanimemente como determinantes para garantir a melhoria das condições e da qualidade de vida do ser humano, ou também considerados

como elementos preponderantes de uma riqueza colectiva, por não fazerem parte do cálculo da rentabilidade imediata dos investimentos — o que em si mesmo é uma limitação cultural —, continuam a fazer parte do rol de prioridades sistematicamente adiadas.

Assim, o exemplo que hoje aqui trazemos é bem significativo do que acabámos de enunciar.

Em 1987, Lisboa contava-se como uma das poucas capitais da Europa que não dispunha, ainda, de um Museu da Marioneta, apesar da rica tradição e importante actividade dos bonecreiros no nosso país. Nesse mesmo ano, por iniciativa da Companhia de Marionetas de São Lourenço, e resultante de um espólio recolhido durante cerca de 25 anos, instalou-se no 1.º andar de um velho edifício da Costa do Castelo, no Largo Rodrigues de Freitas, o Museu da Marioneta.

Apesar de ainda não ter três anos de vida, o museu tem tido uma intensa actividade, divulgando, através da exposição, de espectáculos, documentação e animação diversas, o espólio e a tradição portuguesa do teatro de marionetas, que ainda está muito viva na memória portuguesa!

A exposição é constituída por marionetas, máscaras, cenários, adereços, máquinas de cena e documentação proveniente de Portugal — dos mais primitivos bonecos de Santo Aleixo aos históricos bonecos populares portugueses dos séculos XIX e XX, não esquecendo a colecção de Marionetas de São Lourenço —, dispondo ainda de exemplares de vários países da Europa, Ásia e América.

A animação conta já com a representação de 120 espectáculos apresentados por companhias portuguesas e estrangeiras.

Nestes dois anos e meio fizeram visitas de estudo guiadas ao museu 23 000 crianças e jovens. De acordo com informação prestada pela sua directora, prevê-se que este ano, no conjunto, 40 000 pessoas visitem o museu.

Descrever a actividade da companhia e do museu em Portugal e no estrangeiro seria impossível e fastidioso neste curto espaço de tempo, embora elucidativo da sua importância. Não resisto, no entanto, a referir um aspecto que me despertou particular reparo e que em parte tive oportunidade de observar: as visitas guiadas incluem sessões de demonstração, com audiovisuais, ensino de técnicas de construção e manipulação, exercícios de improvisação e pequenos espectáculos, despertando uma sensibilização nas crianças e nos jovens para o teatro.

Como ilustração da minha intervenção, e graças à disponibilidade da direcção do museu, trouxe um exemplar da importante colecção a que me referi, a fim de os Srs. Deputados o poderem observar, pedindo, desde já, desculpa por não saber manuscá-lo.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Haja dignidade, Sr. Presidente!

O Orador: — Trata-se de uma figura do princípio do século, criada pelo lendário bonecreiro ribatejano Emídio Pinto e oriunda da zona do Ribatejo, que é de um enorme interesse histórico e que foi adquirida ou salva recentemente, pelo museu, a um antiquário.

Há uma outra figura que se encontra sobre a bancada, frente ao lugar onde habitualmente me sento, que representa um São José, figura originária da Áustria, proveniente dos presépios articulados que tiveram o seu auge na Idade Média. Eram montados no interior das igrejas quando surgiu o Concílio de Trento, que, numa das suas actas, fez a

demarcação entre o sagrado e o profano, pelo que foram retirados das igrejas e passaram a exibir a sua actividade no adro. Daí proliferaram, profanizando-se cada vez mais, por todos os locais onde havia maior ajuntamento de pessoas, nomeadamente nas feiras, neste caso concreto, surgindo a sua itinerância.

Sr. Presidente, Sr.ª e Srs. Deputados: passar uma manhã ou uma tarde no Museu das Marionetas faz-nos aproximar um pouco mais de nós mesmos e afasta-nos, por momentos, da lufa-lufa do nosso quotidiano, nem sempre tão agradável como gostaríamos que fosse. Não me atrevo, no entanto, a sugerir uma visita aos Srs. Deputados a não ser que o façam em pequenos grupos, dado o estado de degradação, direi mesmo, de iminente ruína, em que se encontra o edifício onde está instalado. E aqui começa a tragédia que justifica trazermos este assunto à Assembleia da República.

De facto, um espólio de valor incalculável como é o do Museu da Marioneta de Lisboa, que encerra um pouco de nós próprios e que queremos que seja usufruído pelos nossos filhos e invejado pelos que, fora do nosso país, se mostram entusiasmados em o acolher, não pode continuar ao dispor de uma derrocada iminente de paredes.

Não podemos admiir como facto consumado a tentativa *in extremis* da direcção do museu para salvar este património inestimável e que, face ao desinteresse pelos seus apelos a entidades como a Secretaria de Estado da Cultura, o Ministério da Educação e a Câmara Municipal de Lisboa, se predispõe a aceitar propostas já existentes para localizar o museu noutra país.

Recusamo-nos a dar razão, em nome da dignidade e do interesse nacional, a um membro da direcção do museu, quando diz o seguinte: «[...] até compreendemos que não seja politicamente rentável investir em museus, que, pela sua natureza, são para durar para sempre, perdurando para além dos mandatos políticos».

Sr. Presidente, Sr.ª e Srs. Deputados: no sentido de procurar encontrar uma solução para a situação que aqui deixamos à consideração de VV. Ex.ª, o Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes vai entregar na Mesa da Assembleia da República um projecto de deliberação, que recomenda que a Comissão de Educação, Ciência e Cultura promova uma audição parlamentar envolvendo, designadamente, o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado da Cultura, a Câmara Municipal de Lisboa, o Museu da Marioneta e a Fundação Calouste Gulbenkian, entidade que já apoiou financeiramente o museu.

Aplausos do PS, do PCP e do deputado independente João Corregeador da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco Pereira.

O Sr. José Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª e Srs. Deputados: A dois meses das eleições legislativas é evidente a todos os observadores que existe uma crise da oposição. Essa crise da oposição não tem a ver apenas com os conflitos internos dos partidos da oposição. Se se tratasse apenas disso, o PSD nada teria a comentar!

Mas há um aspecto da crise da oposição que afecta directamente o modo como funciona o sistema político e as instituições. Esse aspecto diz respeito à tendência para que, face à inexistência de uma oposição orgânica e com

canais próprios, afirmados no terreno da representação democrática e parlamentar, haja um progressivo aparecimento de uma oposição inorgânica.

A tendência para que tal aconteça é perversa — em vez da representação política se fazer no terreno do político, com os instrumentos, a representatividade e a correlativa responsabilidade, tende a fazer-se com outras vozes, que ou não têm autoridade e legitimidade própria ou, se a têm, é para se pronunciarem de outro modo, sobre outras questões.

No foro do debate político, os interlocutores do Governo e do PSD são os partidos da oposição, em particular na sede parlamentar, e não podem nem devem ser outras instâncias, nem os interesses organizados, nem os grupos de pressão, nem outras instituições que pretendem assumir para si o lugar que a oposição não preenche.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por tudo isto, não pode o PSD deixar de mostrar com clareza a sua preocupação face a recentes declarações e atitudes da Presidência da República. Fazêmo-lo com sobriedade e responsabilidade, com o sentimento do respeito que nos merece o Sr. Presidente da República.

O Sr. Presidente da República compreende as regras do debate democrático e sabe certamente que posições como aquelas que recentemente tomou o confrontam com desacordos e críticas que não teriam sentido se se tivesse colocado noutra postura. Colocando-se no terreno da conflitualidade política, o Presidente da República não pode deixar de ter uma resposta política.

Não compreendemos, por exemplo, que a Presidência da República tenha tomado, face a uma instituição como a Alta Autoridade para a Comunicação Social, a posição que tomou e os termos excessivos e pouco elegantes em que foi expressa.

Protestos do PS.

Aplausos do PSD.

A Alta Autoridade para a Comunicação Social é uma instituição do Estado democrático cuja função e papel, composição e competências, são em grande parte decorrentes da revisão constitucional de 1989, onde, aliás, a autoria da proposta de tal órgão foi do Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Presidente da República pode discordar das decisões da Alta Autoridade, mas não pode considerar como prestigiadas todas as instâncias e pessoas cuja posição é coincidente com a sua e fazer críticas, num tom, aliás, excessivo, a todos os que exprimem opiniões distintas. A atribuição de classificações de credibilidade e prestígio por parte de órgãos de soberania a outros órgãos do Estado democrático corroem a solidariedade institucional que deve existir entre eles. É mais grave para o funcionamento das instituições do Estado democrático o tipo de críticas que a Presidência da República fez à Alta Autoridade do que qualquer hipotética razão substantiva dessas críticas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não compreendemos igualmente que o Sr. Presidente da República se pronuncie com a facilidade e a publicidade com que o fez sobre questões como a adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu, matéria sobre a qual todos os responsáveis europeus, primeiros-ministros, ministros da economia e das finanças, mantiveram ou mantêm, pelo menos, um prudente silêncio, quando não uma estrita confidencialidade. Trata-se de uma questão sobre a qual qualquer publicidade de intenções ou presunções pode seriamente prejudicar o Estado e a economia portuguesa. Não há qualquer paralelo, na Europa comunitária, de um alto responsável nacional fazer este tipo de declarações em público, ainda por cima sobre matéria de exclusiva competência alheia.

Do mesmo modo, também não compreendemos que o mais alto dignitário da nação faça, fora do País, críticas públicas à política do Governo, com o qual deve manter uma solidariedade institucional. É o caso das afirmações recentes sobre a «insuficiência» da despesa nacional com a investigação científica e as críticas às prioridades da política científica do Governo. Estas críticas versam matérias sobre as quais decorrem negociações comunitárias e foram feitos no preciso momento em que, na cimeira da Comunidade, se tomavam decisões cruciais para o futuro da Europa e de Portugal. Todos sabemos que são insuficientes, em função das necessidades, as dotações com a investigação científica em Portugal. Mas essa não é a questão, como o compreenderá muito bem o Sr. Presidente da República, que, quando foi Primeiro-Ministro, não atribuiu à ciência e à tecnologia nem uma sombra das dotações actuais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Declarações deste tipo, feitas de um modo genérico e desgarradas de uma apreciação global ou comparativa, não representam qualquer contributo positivo, mas podem contribuir para uma redução da capacidade negocial do Governo português nas instâncias comunitárias, com o consequente prejuízo para os interesses nacionais.

Pensamos que a voz do Presidente da República, pelo prestígio e respeito que merecem as suas funções, não pode reduzir-se à expressão dos interesses, reivindicações e queixas que se lhe dirigem. Ninguém contesta a legitimidade desses interesses e o seu direito de se exprimirem, assim como a eventual maior ou menor razão de algumas críticas. Não é isso que está em causa! O que está em causa é o tempo e o modo das suas afirmações, dada a posição insitucional do seu autor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: embora interpretações extensivas dos poderes presidenciais possam sempre encontrar alguns argumentos académicos com evidente intencionalidade política, o Sr. Presidente da República deve ser o mais prevenido quanto aos efeitos perversos dessas interpretações, tanto mais que, como Primeiro-Ministro, muitas vezes e amargamente se queixou da interferência de outros órgãos de soberania no exercício das suas funções governativas.

Não fazemos estas observações com agrado! Preferiríamos outra atitude e outra postura e temos a certeza de que o Sr. Presidente da República reflectirá sobre os efeitos e os prejuízos das suas recentes declarações.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Octávio Teixeira, Jaime Gama, Almeida Santos, Manuel Alegre e Manuel Queiró. Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Pacheco Pereira, no início da sua intervenção referiu-se à «crise da oposição». Julgo que há aí muito de desejo e pouco de realidade...

Risos do PSD.

Logicamente, estou a falar da oposição do PCP, neste momento!

Para além do mais, o Sr. Deputado refere que, assim sendo, está a verificar-se a ausência de funcionamento das instituições.

Ponho-lhe a seguinte questão, Sr. Deputado José Pacheco Pereira: a ausência de funcionamento da Assembleia da República, designadamente em termos de debate político, não é decorrente de um problema da maioria — que não de um problema da oposição —, que pretende a não realização de plenários, a não autorização de inscrição e de agendamento de iniciativas legislativas nos poucos plenários que tem realizado? Não é, de facto, a maioria parlamentar que está e quer inviabilizar esse debate político e o normal funcionamento das instituições, no caso concreto a Assembleia da República?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, em relação às acusações que faz ao Sr. Presidente da República, designadamente as relacionadas com a mensagem que em Junho ou em Julho o Sr. Presidente da República enviou a esta Assembleia sobre o problema da comunicação social, concretamente a RTP, julgo que a resposta que o Sr. Deputado José Pacheco Pereira veio aqui dar hoje assenta num problema freudiano. É que, em Junho ou em Julho, o Governo, por interposta pessoa, através do director de um dos canais da televisão, pretendeu transmitir a contra-mensagem sem, simultaneamente, dar oportunidade de que essa mensagem fosse discutida na Assembleia da República e na televisão.

O Sr. Deputado vem novamente — o tal problema freudiano!... —, como interposta pessoa do Governo, entrar em conflito com o Sr. Presidente da República apresentando agora a contra-resposta à resposta e à posição da Presidência da República sobre a decisão tomada pela Alta Autoridade para a Comunicação Social.

Sr. Deputado José Pacheco Pereira, a Alta Autoridade para a Comunicação Social começa por afirmar, na sua decisão, que se reconhece incompetente para julgar a queixa que lhe foi presente e, reconhecendo-se incompetente, faz depois juízos de valor e afirma que o director de um dos canais da televisão actuou correctamente, com equilíbrio, etc., isto é, diz que, afinal, a televisão actuou como devia ter feito. Pergunto-lhe se isto não merece uma resposta muito clara, não apenas da Presidência da República mas das instituições, sobre o papel que a Alta Autoridade para a Comunicação Social tem vindo a desempenhar, papel esse que não a dignifica. Antes pelo contrário, ela torna-se indigna para manter um controlo à forma como os órgãos de comunicação social se têm comportado neste país, designadamente um serviço público como é a televisão, em relação à ausência de pluralismo e de isenção das formas como trata os problemas políticos deste país.

Aplausos do PCP.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Muito bem! Para isso já não é incompetente!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Pacheco Pereira, deseja responder já ou no fim dos pedidos de esclarecimento?

O Sr. José Pacheco Pereira (PSD): — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Pacheco Pereira, congratulamo-nos com o facto de V. Ex.^a ter feito a intervenção que fez hoje na Assembleia da República.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É uma intervenção que, porventura, o partido de VV. Ex.^a tinha premeditado realizar há alguns meses, há alguns anos, mas que as circunstâncias da vida política só tornaram materializável neste momento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a propôs-se reflectir sobre a crise da oposição e nenhum argumento novo aduziu! V. Ex.^a limitou-se a desferir, em nome do PSD, o mais virulento ataque ao Presidente da República desde a sua reeleição.

Certamente, V. Ex.^a produziu aquela intervenção, não porque se sentisse reforçado para a fazer, mas pela circunstância, agravada à luz de V. Ex.^a, segundo a qual desta vez não podia bramar a autoridade do Presidente da República para esgrimir contra a oposição. A recorrência ao Presidente da República mudou radicalmente nos discursos de V. Ex.^a, e isso é a expressão de uma involução política notória.

O Sr. Deputado sabe como nós comungamos das preocupações do Presidente da República sobre os pontos que V. Ex.^a referiu e, em particular, sobre a questão da Alta Autoridade para a Comunicação Social, da sua independência, da sua representatividade, à luz dos requisitos de uma sociedade moderna, e da sua conduta num caso preciso. E a esse propósito a minha bancada vai, ainda hoje, produzir aqui uma intervenção analítica.

Não vamos voltar ao passado nesse ponto, mas fica o desafio: se, na verdade, a televisão portuguesa é tão independente como VV. Ex.^a julgam, se a televisão portuguesa agiu de forma tão independente, no caso concreto do confronto com o Presidente da República, como a Alta Autoridade para a Comunicação Social veio a considerar, por que não se dá a liberdade de as correntes de opinião, que têm um ponto de vista divergente quer de VV. Ex.^a quer da própria televisão, debaterem sem qualquer limitação esse problema, na televisão, e realizarem, a propósito da construção da informação política que é debitada pela televisão portuguesa, a começar pela forma como a televisão cobre os debates que têm lugar na Assembleia da República, um debate com a possibilidade de apresentar imagem, visto que se trata de um meio de imagem, para comentar essa imagem e extrair daí algumas ilações?

É um debate que fica em aberto. Espero que V. Ex.^a possa juntar-se ao Partido Socialista e secundar um apelo para que esse debate se possa realizar em toda a sua extensão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, solicito-lhe que termine a sua intervenção.

O Orador: — Não queria alongar-me mais, Sr. Presidente, mas gostaria apenas de dizer que esta postura na Assembleia, que é um órgão com responsabilidades de fiscalização do Governo, é bastante inédita. De facto, ao querer agora vir aqui introduzir a noção de responsabilidades de fiscalização perante o Presidente da República, o Sr. Deputado José Pacheco Pereira revela que é sempre um deputado da oposição, oposição à oposição, e agora oposição ao Presidente da República. Espero que não leve essa construção constitucional ao ponto de vir ainda aqui apresentar uma moção de censura ao Presidente da República.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — O senhor é que, em 1980, quis demitir o Presidente da República!

O Orador: — Sr. Presidente, o meu partido, usando a figura regimental de pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado José Pacheco Pereira, quer deixar bem patente, perante a Assembleia, a sua discordância e o seu veemente protesto quanto a esta intervenção do PSD contra o Presidente da República.

Aplausos do PS e do deputado independente João Corredor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, informo a Câmara que foram abertas as urnas na Sala D. Maria, conforme estava programado.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, não é para pedir esclarecimentos mas para, na qualidade de cidadão português, fazer um protesto.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Nessa qualidade não pode, só como deputado!

O Orador: — De facto, não preciso de pedir qualquer esclarecimento ao Sr. Deputado José Pacheco Pereira, porque estou suficientemente esclarecido acerca da razão de ser e da intenção da sua intervenção, que considero como um dos momentos mais graves do regime constitucional, e não apenas da actual e das anteriores legislaturas.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. Deputado José Pacheco Pereira está a especializar-se em ser o porta-voz do Governo nos seus pretensos agravos em relação a atitudes do Presidente da República. É um papel em que, porventura, o partido maioritário e o próprio Governo acham que se sai muito bem. É uma atitude que só tem a ver com ele. Eu não estou de acordo com ela, até porque tenho da Presidência da República uma ideia que, porventura, não coincide com a do Sr. Deputado José Pacheco Pereira. Mas respeito a sua ideia, Sr. Deputado. Fará o favor de respeitar a minha!

Mas vir aqui falar, em termos de tom excessivo, do Presidente da República, quando ele emite as opiniões que entende dever emitir sobre problemas fundamentais do

nosso país; dizer que ele está empenhado em ser a oposição que os partidos da oposição não são — não disse, mas insinuou de uma maneira bastante clara, e para quem é suficientemente inteligente basta o tom em que o disse e a maneira como o disse!; dizer que ele se pronuncia com facilidade e publicidade — parece que ele devia usar menos facilidade e talvez menor publicidade — sobre a adesão do escudo ao sistema monetário europeu; que ele prejudica o Estado com as afirmações que faz; que quando ele fala na insuficiência da despesa nacional com a investigação científica — ao que parece, será uma opinião infundamentada e anormal, quando creio que o País inteiro está de acordo sobre isso —, fico a pensar que é fenómeno novo, este.

Já aqui tínhamos assistido a presidentes da República, nomeadamente o general Eanes, criticar governos e até fazê-los cair em resultado das suas críticas, mas não tínhamos ainda aqui assistido a deputados — e não está em causa a crítica ao Presidente da República, a crítica é livre — que pusessem em causa o direito de o Presidente da República emitir as opiniões que quiser sobre os problemas nacionais. Este é que é o problema grave da sua intervenção, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado José Pacheco Pereira, se está convencido de que o Presidente da República está isolado na crítica...

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Querem que ele seja o cortafitas!

Protestos do PSD.

O Orador: — Peço desculpa aos Srs. Deputados, mas gostaria de ser ouvido!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, solicito à Câmara que mantenha o silêncio adequado à continuação dos trabalhos.

Sr. Deputado Almeida Santos, faça favor de continuar no uso da palavra.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Solicito, entretanto, à Mesa que tome em consideração o tempo gasto com este pequeno incidente.

Mas, como estava a dizer, se o Sr. Deputado José Pacheco Pereira está convencido de que o Presidente da República está isolado, em termos de opinião pública portuguesa, quanto às críticas que fez à Alta Autoridade para a Comunicação Social; se está convencido que ele está isolado na opinião que expendeu sobre a adesão de Portugal ao sistema monetário europeu; se está convencido que ele está isolado na crítica que fez às dotações para a investigação científica, quero dizer-lhe que o Sr. Presidente da República está longe de estar isolado, pois tem um apoio maioritário — os senhores nesse aspecto não têm 50 %, tire daí o sentido! —, e está altamente apoiado na opinião pública do povo português.

O Sr. José da Silva Marques (PSD): — Não é essa a questão, Sr. Deputado!

O Orador: — Devo dizer-lhe mais, Sr. Deputado: o senhor, ao fazer o que fez, colocou-se precisamente ao nível do director da televisão, José Eduardo Moniz. Porventura, não terá ou não virá a ter o juízo da Alta

Autoridade para a Comunicação Social, porque tem uma imunidade que o José Eduardo Moniz não tem, mas, se o problema fosse colocado a esse nível, tenho a certeza absoluta de que a Alta Autoridade para a Comunicação Social concordaria com V. Ex.* Duvido, no entanto, que o povo português concordasse.

O que V. Ex.* fez aqui foi, uma vez mais, repetir a atitude do seu partido, já aqui denunciada por mim, quando, a propósito da eleição presidencial, tentou desvalorizar essa eleição e a própria instituição presidencial.

O Sr. Presidente: — Solicito-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

Agora, o senhor retoma essa vossa preocupação de desprestigiar a máxima magistratura portuguesa, esquecendo que ela é a mais prestigiada de todas, representa o mais legitimado de todos os órgãos de soberania e não pode estar sujeita ao desprestígio de deputados que pretendem limitar-lhe a liberdade de ter opiniões e de as expender quando quer e como quer, em face da opinião pública portuguesa ou internacional.

Aplausos do PS e do deputado independente João Corregeador da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco Pereira.

O Sr. José Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almeida Santos, no tom da sua intervenção há uma clara ameaça, quase uma chantagem, e devo dizer-lhe que, da mesma maneira que o Sr. Presidente da República tem o direito e a liberdade de emitir as opiniões que entender, eu tenho idêntico direito, inclusive o mesmo completo e integral direito de emitir opinião sobre as opiniões dele. Sob esse ponto de vista, somos estritamente iguais, mas devo dizer-lhe que não é com gosto subjectivo que comento as afirmações do Sr. Presidente da República, até porque gostaria que ele não as tivesse feito. Gostaria que ele tivesse preservado, e conto que o vai fazer, o capital de moderação política e da autoridade que vinha dessa moderação e que correspondeu, e ainda corresponde, ao sentido da sua magistratura presidencial.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Aquilo que me parece excessivo nas declarações do Sr. Presidente da República é, *ipsis verbis*, aquilo que o Sr. Presidente da República e muitos dos deputados que estão na sua bancada disseram do Sr. General Eanes quando ele era Presidente da República.

Aplausos do PSD.

O Orador: — Portanto, o Sr. Deputado Jaime Gama deve recordar-se do que disse e do que pediu aqui que fosse feito em relação ao Sr. Presidente da República, no início da década de 80.

A questão que o Sr. Deputado evitou tratar, tal como os seus colegas, é a substância do que digo: saber se é legítimo e não é criticável que o Sr. Presidente da República faça as afirmações que faz no estrangeiro; se daí não advêm prejuízos para o País; se é legítimo e não é criticável que o Sr. Presidente da República, que só pode

e deve criticar o Governo em condições sempre excepcionais, porque essas são as características da sua magistratura, não está a pôr em causa a sua função ao banalizar essas críticas. Aponte-me, Sr. Deputado, os exemplos de chefes de Estado europeus que fazem a mesma coisa — esta é a questão de fundo.

Devo dizer-lhe, e insisto, que não há argumento de autoridade que me tire a liberdade de exprimir as minhas opiniões.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Deputado José Pacheco Pereira, o Sr. Deputado fez uma intervenção clarificadora e as intervenções clarificadoras são úteis. Mas devo dizer-lhe que a sua intervenção é também preocupante e inquietante, não pela circunstância de ter criticado o Sr. Presidente da República — pensamos que não há pessoas, instituições ou órgãos de soberania acima da crítica — mas, sim, pelas razões por que o fez, pelo modo como o fez e o momento que escolheu.

O que o Sr. Deputado veio demonstrar é que não vos basta a maioria absoluta; não vos basta a Alta Autoridade; já não aceitam a crítica de ninguém, nem o direito à crítica, mesmo que este seja exercido pelo próprio Presidente da República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado veio aqui com a pretensão de comandar o tempo e o modo de intervenção do Presidente da República, com a pretensão de amordaçá-lo, e é grave o que isso indicia.

Aliás, o seu discurso vem na sequência de uma estratégia política muito clara do seu partido e do presidente do seu partido, que é a de presidencializar a figura do Primeiro-Ministro e secundarizar a figura do Presidente da República. Ora, isto implica uma alteração ou uma subversão do funcionamento do nosso regime, e é isto que está em causa.

Com o seu discurso, o Sr. Deputado veio tornar claras a importância decisiva da actuação do Presidente da República, a importância de termos em Belém um homem que, como este Presidente da República, não se deixará amordaçar e a importância da acção e do combate da oposição, porque, de facto, os senhores já não se contentam com a maioria absoluta, caminhando, a passos largos, para a exigência do poder absoluto.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Deputado José Pacheco Pereira, eu necessitava de ser esclarecido sobre três questões que lhe vou colocar.

Primeira: o Sr. Deputado considera ou não que nos dias e nas sociedades de hoje o comportamento menos isento ou parcial de uma Alta Autoridade para a Comunicação Social ou, mais importante ainda, de televisão única ou serviço público de televisão põe em causa o regular funcionamento de uma democracia?

Segunda: se, nesses termos, o Sr. Presidente da República se pronunciar ou exprimir as suas apreensões e preocupações nesta matéria está a cumprir o seu papel de guardião das instituições ou estará, pelo contrário, a situar-se no terreno da mera conflitualidade política?

Por último, uma terceira questão sobre afirmações não produzidas hoje mas que, inequivocamente, têm a ver com elas. O Sr. Deputado mantém, depois de ter apoiado a eleição do cidadão Mário Soares para a Presidência da República — uma vez numa perspectiva partidária e duas vezes numa perspectiva pessoal —, que o Presidente da República não tem autoridade política e pessoal, enquanto cidadão, para se pronunciar sobre estas questões?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco Pereira.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Qualquer dia vamos ter o Dr. Mário Soares a descer a Avenida da Liberdade para dirigir uma manifestação!

Risos do PSD.

O Sr. José Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a primeira questão é o meu óbvio espanto perante três partidos da oposição que estão sistematicamente a reclamar o debate político e quando o têm negam a sua própria essência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Eles querem é salamaques!

O Orador: — Ou seja, se estas questões não são aquelas que dizem respeito ao debate político, digam-me quais são, porque eu não sei quais são.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Eles querem é salamaques!

O Orador: — Os senhores querem apenas o debate político nos seus próprios termos, não querem o debate político quando ele toca, efectivamente, as questões políticas de fundo.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Querem uma conversa de salão!

O Orador: — Relativamente ao Sr. Deputado Octávio Teixeira, que me falou de um problema freudiano, observo com interesse mais esta conversão do Partido Comunista ao Dr. Freud. O Dr. Freud fazia parte da lista dos excluídos do marxismo-leninismo. Pelos vistos, o Partido Comunista rendeu-se às virtudes da psicanálise e eu compreendo porque: é porque tem um gravíssimo problema com o pai!

Risos do PSD.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Está a ver-se ao espelho!

O Orador: — Porque tem um gravíssimo problema com o pai, ou seja, precisa de matá-lo, eu compreendo a dominância das imagens e das metáforas freudianas!

O Sr. Rogério Brito (PCP): — O Pacheco Pereira não teve este drama por ter tido vários pais e várias mães! Pelo menos teve quatro!...

O Orador: — Caros colegas do Partido Comunista, tratem, pois, de matar o pai e resolver o vosso problema de orfandade e depois, então, discutam connosco noutros termos!

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Já disseram que não matavam o pai!

O Orador: — O segundo aspecto diz respeito à intervenção...

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Conhece as calçadas todas do Porto!

O Orador: — A expressão «matar o pai» não tem, com certeza, qualquer conteúdo ofensivo.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Não é verdade!

O Orador: — Não me importo de explicar a VV. Ex.^{as} que ela não justifica a resposta tão virulenta! Representa uma forma de crescimento... É uma coisa que as crianças fazem a uma dada altura da vida.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Vocês recusam os debates!

Aplausos do PSD.

O Orador: — E os senhores, de alguma maneira, estão a nascer de novo! Portanto, compreende-se que estes problemas se ponham.

No que diz respeito ao Sr. Deputado Jaime Gama, compreendo que o Sr. Deputado tenha tido a necessidade de fazer uma intervenção labiríntica, ou seja, deixar o centro vazio e fazer vários riscos à volta do centro sobre o qual, obviamente, não se quer pronunciar! Compreendo que sim... Aliás, até reconheço algum mérito em não se querer pronunciar. É um silêncio altamente audível.

Agora, também compreendo que o Sr. Deputado Jaime Gama esteja preocupado com outra coisa: é que as preocupações que expressamos quanto ao que está a acontecer com a oposição devia levar os partidos da mesma a preocupar-se — tanto como nós — com a circunstância de o espaço político que devia existir entre a oposição e o partido que tem a responsabilidade do Governo ser ocupado por terceiras pessoas. Isso não é bom para a democracia, mas também não é bom para a oposição.

A oposição é que devia ser o interlocutor do PSD em questões como as da política da Ciência, a da Alta Autoridade, a da adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu. Exactamente porque a oposição não tem ideias claras e firmes e não tem capacidade de as exprimir com identidade é que deixa o espaço que é ocupado por outros.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Isso não é verdade!

O Orador: — Isto é mau para nós, que gostaríamos de ter oposição aqui, com identidade, programas e soluções alternativos, e é mau para os senhores, que se colocam numa situação de subalternidade, à espera que outros façam aquilo que não são capazes de fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Compreendo que o Sr. Deputado tenha essa preocupação!...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por último, quanto à isenção, não quero, evidentemente, discutir o aspecto substantivo das críticas do Sr. Presidente da República. Mesmo que o Sr. Presidente da República tivesse razão em todas as críticas que fez, o tempo e o modo como as fez é que nós criticamos. Essa é que é a questão de fundo.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É por isso que não venho aqui discutir a Alta Autoridade, não venho aqui discutir, porque não tenho competência para isso, a adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu, nem venho aqui discutir a política da ciência. Não é essa a questão.

O Sr. Presidente da República poderia ter razão, hipoteticamente, em cada uma destas questões, mas da maneira que o fez, no local que o fez e nas circunstâncias em que o fez, sabemos — e os senhores na vossa consciência também sabem! — que não devia tê-lo feito.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, quero anunciar que estão presentes na Sala 20 alunos da Escola Secundária de Serpa, um grupo de alunos da Escola Secundária de D. Maria I e um grupo de alunos da Escola Secundária n.º 2 de Alfragide.

Para eles, peço o vosso aplauso.

Aplausos gerais, de pé.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques da Costa.

O Sr. Marques da Costa (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terminaram, com o sucesso possível, as conferências intergovernamentais que se reuniram em Maastricht. O tratado a que se chegou prefigura uma realidade comunitária aprofundada e estabelece um quadro evolutivo para a consolidação desse aprofundamento. Podem exorcizar-se palavras malquistas, podem os Estados nacionais tentar, ou não, demonstrar no articulado fixado o limite da sua intransigência ou a evidência do seu sucesso, mas, no seu conjunto e no seu sentido intrínseco e substantivo, a União Europeia que se acordou fixa uma realidade política nova, fértil em consequências, quer a nível do equilíbrio entre as entidades políticas e militares ordenadoras da cena mundial, quer para os próprios Estados nacionais que as criaram.

O acordado em Maastricht ficará como um marco na história da construção europeia. A moeda única, por um lado, e o estabelecido em matéria de política social, de política externa e de defesa, por outro, fixam uma nova realidade e vinculam a inevitabilidade de uma União Política onde antes o projecto era apenas o de uma comunidade económica.

É certo que os resultados das duas conferências são entre si desiguais; que se foi mais longe em matéria de União Económica e Monetária; que se ficou aquém do que alguns desejariam em matéria de União Política. No seu conjunto,

porém, e sobretudo nas suas consequências, Maastricht representa um sucesso que é importante saudar.

A União Europeia é hoje essencial na desordem internacional gerada pelo fim da conflitualidade bipolar e pela desagregação do mundo comunista. A sua existência é vital como garantia da estabilidade do velho continente europeu. O sucesso da sua experiência de partilha voluntária, contratual e progressiva de espaços de soberania poderá mesmo servir de modelo ordenador noutras áreas regionais.

Ao criar uma Europa dotada de personalidade política, os doze Estados nacionais signatários abriram caminho à afirmação de uma autêntica cidadania europeia, não como substituto da cidadania e dos direitos políticos conferidos pelas nações, porque estes se mantêm como a matriz essencial, mas como expressão de uma identidade própria, construída da consciência colectiva de necessidade de ultrapassar os limites do Estado-Nação em todos os aspectos em que a partilha de soberania se tornou inevitável pela interdependência económica, política e de segurança, mesmo antes de consagrada pelos tratados.

Aos governos dos países, como o nosso, que não centraram o debate anterior a estas conferências no que elas de constituinte comportavam cabe agora a tarefa acrescida de manusear politicamente uma realidade, a que o Governo se associou tarde e sem convicção reconhecida, onde as relações entre a afirmação da identidade nacional e o aprofundamento da identidade e cidadania europeias têm de ser cada vez mais claras.

O contexto em que esta União Política se constrói, ou seja, um contexto de desagregação e volatilidade da geopolítica na Europa Central e de Leste, fazem com que o equilíbrio intra-regional se tenha alterado na Europa. E mesmo que se tenha igualmente alterado — de acordo com clivagens conhecidas — a consensualidade quanto ao modelo de relacionamento intercontinental.

Por tudo isso, as constantes da política externa dos Estados nacionais, não perdendo a sua validade intrínseca, ganham um contexto novo, estão contidas por mecanismos de decisão comunitária em matéria de política externa e de defesa novos e de tendência evolutiva, estão sujeitos a um equilíbrio de prioridades onde a visibilidade da inserção comunitária antecederá a visibilidade do histórico relacionamento bilateral.

Portugal, como país da orla atlântica da Europa, tem aqui dados de enquadramento novos. Positivos, sem dúvida; enriquecedores da capacidade de intervenção internacional do país, também sem dúvida. Mas que exigem uma redefinição do contexto e da estratégia dos seus relacionamentos bilaterais; que contêm elementos decisivos para uma redefinição da função das nossas forças armadas e que exigem uma política séria de afirmação da nossa identidade histórica, cultural e linguística, num espaço de concorrência acrescida com a diversidade cultural do conjunto da Europa. A um governo que é um cristão-novo em matéria de união política, que sofre de uma evolutiva aversão idiossincrática quanto à necessidade de debates parlamentares prévios à assinatura de tratados desta natureza, e que tem uma fixação inquietante e perdulária no comemorativismo de modelo positivista e na monumentalidade inútil como política cultural, estão sem dúvida colocados alguns problemas de conceptualização do novo contexto em que o País se coloca.

O nascimento da União Europeia é, todavia, um acontecimento de extraordinária grandeza que o Partido

Socialista saúda efusivamente. É nossa convicção que a dimensão e a complexidade dos desafios hoje existentes na cena internacional exigiam um comprometimento mais profundo na união política e mais equilibrado entre esta e a união monetária. O compromisso alcançado inicia porém um caminho, quanto a nós, um caminho irreversível.

Nas questões essenciais da segurança na Europa, os doze alcançaram também um compromisso diplomático, possível. Ao afirmar o objectivo da «formulação a prazo de uma política de defesa comum, que poderá conduzir, a prazo, a uma defesa comum», adiaram ponderadamente a resolução da tensão entre visões e equilíbrios geo-estratégicos diversos no seio da Comunidade.

Todavia, também aqui o avanço é decisivo, porque fixa, sem sombra de dúvida, a necessidade de formulação de uma identidade de segurança europeia, que se venha a traduzir numa política de defesa comum, e se admite, desde logo, a possibilidade de vir um dia a ter meios próprios para o exercício dessa política de defesa comum.

À UEO é reconhecido o papel de componente de defesa da União Europeia, cabendo-lhe ainda a tarefa de ser o mecanismo de reforço do pilar europeu da Aliança Atlântica. Apesar disso, neste domínio específico, a União Europeia tem perante si uma complexidade de inserções dos Estados nacionais e de relacionamentos inter-institucionais — se se considerar a NATO, a UEO, as Nações Unidas, a CSCE e o Conselho da Europa — que se, por um lado, representam uma riqueza de mecanismos disponíveis, por outro representam um ambiente imperfeito para a necessidade de assegurar um único interlocutor europeu que venha a articular iniciativas em matéria de segurança comum. O próprio relacionamento no seio da NATO poderá, a prazo, sofrer alterações significativas se ao desenvolvimento futuro de uma política de defesa comum corresponder, a prazo, uma política de bloco por parte da União Europeia nas sedes de decisão da Aliança Atlântica.

Ao apontar um calendário preciso para a criação de uma moeda única, a União Europeia coloca aos países, de forma mais aguda, a necessidade de uma convergência que permita alcançar esse objectivo. Este é um esforço de aprofundamento comunitário que também importa saudar pelas extraordinárias implicações positivas de que se reveste. Mas essa convergência impõe a diversos países um esforço de ajustamento muito significativo e cujas consequências sociais têm de encontrar, por parte do Governo, respostas claras. Deve ser firme o comprometimento de Portugal na participação plena em todas as fases da união monetária. Deve ser esse o objectivo, mas, para o alcançar, a política de concertação deve ser claramente aprofundada.

Por tudo isso, deverá ser dever do Governo não iludir as dificuldades do caminho que é necessário percorrer em escasso período de anos e é, sobretudo, dever imprescindível formular políticas claras de controlo dos custos sociais desse processo. O Partido Socialista não deixará de ter uma exigência inflexível nesta matéria.

Os sucessos alcançados na cimeira de Maastricht, graças ao determinado empenhamento do governo espanhol, em matéria de coesão económica e social são também de realçar. O esforço e a flexibilidade dos fundos estruturais e a criação de um novo fundo são de uma importância decisiva para esse esforço de convergência.

Portugal, à semelhança de outros países menos desenvolvidos da Europa, beneficiará claramente das importantes decisões tomadas nesta matéria. Se é certo, porém, que o

objectivo comunitário que procuram servir é o da possibilidade de uma Europa a uma única velocidade, também não pode deixar de ser verdade que o resultado da sua aplicação não se pode materializar, num país, a duas velocidades e onde um sector significativo da sua população e grupos sociais específicos sejam, ao longo do processo de ajustamento, marginalizados, sem perspectiva de reinserção num processo de crescimento económico afinal produzido sem dimensão social.

A política social comum é outro dos avanços que importa saudar em matéria de aprofundamento comunitário. Sem ela o desequilíbrio de concepção da União Europeia tornava-se intolerável. Sem ela a União restringir-se-ia a uma restritiva versão mercantil-tecnocrática com dimensão política. Os avanços consagrados em matéria de política social comum ficarão, nestas conferências, como um dos marcos essenciais do resultado alcançado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Governo português entrou sem convicção neste processo, a que, aliás, aderiu tardiamente. A sua hesitação entre a adesão a uma estratégia de desenvolvimento comunitário britânica ou a adesão a uma política de bloco com os países menos desenvolvidos liderada pela Espanha corresponde, talvez, a uma habilidade negocial, mas não corresponde certamente a uma estratégia nacional de fundo para o quadro comunitário que estava em discussão com a criação da União Europeia. Não há estratégia nacional possível com uma oscilação entre concepções tão antagónicas para o desenvolvimento da Europa. E, por isso, menos ainda pode corresponder aos novos desafios que a união política coloca aos países membros. Para que Portugal pese no contexto dos doze é necessário que a sua política comunitária seja clara, coerente e audível. Ao longo de todo o processo negocial o Governo não foi nem claro nem coerente e em Maastricht não foi audível.

A presidência portuguesa exige um protagonismo comunitário firme. Ela reveste-se, aliás, de um carácter nacional que impõe a disponibilidade de cooperação, já manifestada pelo PS na sua esfera de competência própria, para o sucesso dessa presidência. Mas a responsabilidade é do Governo e terá sempre de ser aqui avaliada com rigor, em nome do País e da instituição parlamentar que tem por função essa fiscalização.

Espera-se, por isso, do Governo que venha aqui tirar as consequências nacionais do acordado em Maastricht e que aqui apresente atempadamente o programa para a presidência portuguesa. Essa é uma exigência de que não abdicaremos!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, aproveito para lembrar a todos que estão abertas as urnas para as eleições que estão agendadas, pelo que, na medida da conveniência de cada um, deverão exercer o direito de voto.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta de reforma da Política Agrícola Comum, cujo *dossier* tem todas as probabilidades de cair interincho na presidência portuguesa das Comunidades, é seguramente uma proposta inaceitável para Portugal e, em particular, para os agricultores portugueses. Toda a Câmara está certamente de acordo com esta afirmação, como está a unanimidade das organizações representativas

da lavoura. Começa por não se tratar de uma reforma da Política Agrícola Comum digna desse nome, mas, sobretudo, de uma reforma da política cerealífera para responder às exigências dos EUA nas negociações do GATT.

Mesmo neste quadro, é uma proposta que, apresentando a Comunidade como um todo, não tem minimamente em conta a diversidade das agriculturas dos doze. É absurdo que, sendo Portugal um país que importa cerca de 70 % das suas necessidades em produtos agrícolas, seja penalizado pelos excedentes de produção da Comunidade originados por países como a França, a Holanda ou a Alemanha. Uma vez que a reforma da PAC se cruza com a 2.ª fase do período de transição da agricultura nacional, os agricultores portugueses seriam vítimas de uma dupla pressão sobre os preços pagos à produção. Recebendo actualmente cerca de 50\$00/quilo para os cereais, por exemplo, chegariam ao final da década a receber pouco mais de 20! E, além do mais, por via das medidas de *set-aside*, Portugal poderia vir a ser obrigado a congelar 100 000 ha de terra, pondo-os fora da produção, o que seria completamente irracional.

Mas é preciso dizer que a questão dos excedentes é um falso problema. A CEE é o segundo exportador mundial de produtos agrícolas, mas é o primeiro importador. Uma parte substancial do orçamento do FEOGA serve para subsidiar aqueles que já produzem mais (20 % das explorações absorvem 80 % dos apoios) e pagar os custos da armazenagem e destruição dos excedentes, quando milhões de pessoas passam fome por falta de produção alimentar suficiente em países do chamado terceiro mundo. Só que o que comanda a lógica e a estratégia comunitária e as negociações do GATT é sobretudo o interesse das grandes transnacionais agro-alimentares e dos grandes países exportadores, empenhados em manter certos níveis de preços e certos países na sua órbita de influência. Só que isto tem muito pouco a ver com os nossos interesses e com os interesses dos agricultores portugueses e da economia nacional.

É igualmente inaceitável que os apoios à perda de rendimento dos agricultores variem em função dos históricos das produtividades de cada país, o que significaria que um agricultor português receberia quatro vezes menos do que a média comunitária. Por exemplo, para os cereais um produtor em Portugal beneficiaria de um montante compensatório de cerca de 14 000\$00/ha, enquanto a média de produtores da Comunidade receberia sensivelmente 53 000\$00/ha. Ora, o critério deveria ser exactamente o inverso, sob pena de se amarrarem os países menos desenvolvidos aos níveis de produtividade actuais, impedindo a evolução destes, aprofundando o fosso entre as várias agriculturas do espaço comunitário e penalizando inclusivamente as explorações mais desenvolvidas.

As medidas idênticas propostas para as oleaginosas e para as proteaginosas fazem com que uma região como o Alentejo, que só no caso do trigo contribui com 70 % da produção nacional, fique sem culturas alternativas, no quadro dos actuais sistemas culturais, deixando por terra as teses até há pouco defendidas para a região pelo Ministro da Agricultura.

Com a actual política para o sector da pecuária, milhares de produtores de leite estão a abandonar a actividade e os produtores de carne de bovino correm o risco de seguir o mesmo caminho. Ora as propostas de redução de quotas de produção de leite e dos preços de intervenção só virão agravar este panorama.

E também aqui a proposta das Comunidades é claramente intolerável. Fazendo depender a atribuição de prémios de compensação ao rendimento de critérios de encabeçamento típicos de regimes extensivos, como forma de estimular estes, os produtores portugueses do norte e do centro do País ficariam excluídos de tais apoios. O chamado Programa de Acção Agro-Ambiental, baseado sobretudo no incentivo à retirada de terra da produção e à utilização de métodos culturais extensivos, é contraditório com os princípios enunciados, agravando os processos de desequilíbrio ambiental e desertificação e nada têm a ver com a nossa realidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: no rescaldo da cimeira de Maasricht, o Governo português tem considerado como nota positiva a inclusão no tratado, como objectivos e princípios da União, da coesão económica e social e a criação de um fundo com essa finalidade. Sem querermos curar de saber agora qual foi o efectivo protagonismo dos Governos de Portugal e de Espanha nesta questão, a verdade é que a proposta de reforma da PAC é um exemplo bem vivo de como aquele princípio não encontra qualquer correspondência em certas políticas sectoriais.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E como os interesses de Espanha em matéria de política agrícola poderão já não coincidir com os interesses portugueses, então a passividade e o *low profile* que o Governo tem adoptado em matéria de negociações comunitárias poderão manter a agricultura portuguesa num beco sem saída. Porque é disso que se trata quando o Sr. Ministro da Agricultura, em vez de afirmar claramente a rejeição global de propostas de reforma de PAC, se coloca numa posição, ambígua e frágil, de aceitar alguns remendos e correcções ou compensações pontuais. Posição ambígua e frágil que decorre de uma clara indefinição do Governo perante o futuro da nossa agricultura, navegando ao sabor da corrente e a reboque de políticas que são desenhadas no interesse dos países mais desenvolvidos e das transnacionais agro-alimentares.

O balanço da 1.ª fase da integração está aí para o demonstrar com uma agricultura que está hoje mais desprotegida e sem ter ultrapassado as suas fragilidades estruturais; com a dependência agro-alimentar agravada; com quebras de rendimento e desorientação entre os agricultores. Enredado em múltiplas contradições e burocracia, o Ministério da Agricultura está paralisado e não tem conseguido pôr em prática as poucas medidas positivas conseguidas ou enunciadas: a facilitação do acesso aos financiamentos comunitários no quadro do Regulamento 797, através da criação de uma modalidade de crédito bonificado, não foi, até ao momento, concretizada; o novo sistema de venda de gasóleo bonificado não está a funcionar na prática (como aliás previmos quando do seu debate neste Plenário); o pagamento das ajudas à produção de cereais jaz sob o peso de resmas de papéis nos corredores do INGA, com os agricultores à espera que alguém finalmente despache os seus processos.

Entretanto, os preços dos factores de produção continuam a manter-se inportavelmente superiores aos valores médios comunitários, enquanto na outra ponta do novelo vão descendo os preços pagos à produção. Como é possível, nestas condições, pedir-se aos agricultores portugueses que aumentem o seu grau de competitividade!?

A Sr.ª Odete Santos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas, mais do que isto, o Ministério da Agricultura recusa-se a definir uma estratégia de orientação para o sector e limita-se a esperar pelas decisões de Bruxelas e do GATT (que o Governo não influencia minimamente), para então depois, e só depois, elaborar uma Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário que tinha prometido para o ano de 1990.

E, Srs. Deputados, se não há definição de objectivos estratégicos, se não há quaisquer orientações globais concretizadas, por exemplo, na definição das aptidões e potencialidades de cada região (as macro zonagens), como podem os agricultores orientar o seu investimento e a produção e como pode o Governo partir para as negociações com uma perspectiva global do que quer?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: a agricultura é, obviamente, um sector estratégico para o País. Os agricultores não podem continuar a ser considerados cidadãos de segunda e é necessário reconhecer o justo valor económico, social e cultural da actividade agrícola. Esta proposta de reforma da PAC, que é altamente lesiva dos interesses dos agricultores e do País, que contraria o propalado princípio da coesão económica e social, que ignora as especificidades nacionais determinantes do rendimento e do nível de desenvolvimento das explorações, deve ser claramente rejeitada.

O Governo português não pode excluir a hipótese de invocar o interesse vital desta questão para o País e usar, se necessário, o correspondente direito de veto.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas deve simultaneamente intervir pela positiva, apresentando rapidamente uma proposta de desenvolvimento agrícola exigindo o reconhecimento da garantia de cada Estado a um determinado nível de segurança alimentar; reclamando que sejam os países e as explorações responsáveis pelos excedentes a pagar os custos dos desequilíbrios que provocam; avançando com a proposta de renegociação da 2.ª etapa do período de adesão, obtendo novos prazos e derrogações para a aplicação das disciplinas comunitárias; travando a degradação dos rendimentos dos agricultores e o despovoamento dos campos ocasionado por uma política que não atrai a juventude e que acelera a velocidade de redução da população activa agrícola, sem compensação na modernização e no progresso tecnológico nos campos, e que está a levar à quebra de produtividade e da produção agrícola; garantindo, em suma, o direito à terra e o direito a trabalhar e a produzir.

Mas o êxito da operação depende também de o Governo abandonar a posição de isolamento e silêncio em que se tem colocado perante um País onde todas as organizações representativas da agricultura têm uma posição altamente crítica perante a política agrícola seguida. O Ministério da Agricultura tem de falar a linguagem da verdade e dizer ao País qual o impacto global e sectorial da proposta de reforma da PAC sobre a nossa agricultura, a nossa economia e o futuro dos agricultores. O Ministério da Agricultura tem de saber dialogar, esclarecer e mobilizar as organizações de agricultores, sem excepção, e os partidos da oposição como suporte necessário ao reforço do poder negocial do Estado português.

O Governo português tem, em suma, de fazer aquilo que não fez para a cimeira de Maastricht, isto é, fazer preceder as negociações dos *dossiers* mais importantes para o País — e o da reforma da PAC é, indubitavelmente, um

deles — de um amplo e efectivo debate nacional, designadamente na Assembleia da República, tal como se verifica na quase totalidade dos outros países. Não pode reduzir a discussão de matérias que condicionam o futuro dos portugueses a meras e vagas informações ou a operações mediáticas e colocar a Assembleia da República perante factos consumados. A definição do papel futuro dos parlamentos nacionais nas decisões comunitárias é, aliás, uma questão em aberto que importa e urge debater.

Em relação à reforma da PAC e a toda a política agrícola nacional, embora atrasados, estamos ainda a tempo desse efectivo e necessário debate prévio.

Aplausos do PCP e do deputado independente João Corregedor da Fonseca.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminou o período destinado às declarações políticas e, seguidamente, passamos às intervenções.

Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel da Silva Azevedo.

O Sr. Manuel da Silva Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Porque é a primeira vez que subo a esta tribuna, quero saudar VV. Ex.ª e afirmar de viva voz a minha forte disposição de dar um contributo — modesto, embora — para que Portugal seja aquilo que todos nós desejamos: um país em contínuo desenvolvimento, uma pátria de progresso a aproximar-se gradual mas seguramente dos melhores padrões de vida desta Europa em que estamos integrados.

Este desenvolvimento terá de atingir todos os homens e mulheres de Portugal, em especial os mais desfavorecidos; terá de ter em conta todas as regiões do País, em especial aquelas que, por força da sua insularidade, mais dificuldade têm em guindar-se aos níveis de progresso dos territórios continentais.

O desenvolvimento que queremos para os Açores — é dessa Região Autónoma que eu venho — continuará a ser construído em primeiro lugar por todos os que nestas ilhas teimamos em viver.

Não estamos, porém, em condições de, por alguns anos — tantos quantos os que levarmos a atingir os melhores padrões de vida do continente —, prescindir de um forte apoio do Governo da República, apoio concreto, cada vez mais traduzido em actos. Esperamos a solidariedade que no Programa do Governo recentemente aprovado nesta Casa, bastas vezes é referida, inclusive quanto às Regiões Autónomas.

A ultraperiferia da União Europeia que os Açores é exige desta uma atenção especial às regiões insulares — como agora em Maastricht ficou consagrado. O empenho posto pelo Governo português, em especial pelo Sr. Primeiro-Ministro, bem como as recomendações da Conferência do Parlamento Europeu/Regiões da Europa, apraz-nos aqui realçar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: os Açores são a fronteira da Europa a ocidente. Este facto, aliado à descontinuidade originada na dispersão em nove ilhas, bastante distantes umas das outras — 620 km separam as duas ilhas mais afastadas —, bem como a realidade da ZEE marítima dos Açores ser uma das maiores do mundo, faz com que

a nossa região seja hoje um local preferencial de passagem e transbordo de droga entre os continentes americano e europeu.

Tal implica tráfico e, quiçá, algum consumo. Daí a nossa preocupação e o facto de hoje trazermos aqui este problema, que, apesar dos mais diversos esforços, teima em alastrar. E aí está o cortejo de consequências graves que, paulatinamente, vai corroendo a nossa sociedade: pessoas doentes, famílias desfeitas, roubos e assaltos em profusão e a grave doença do SIDA, que, silenciosamente, vai alastrando.

Poder-se-ia pensar que a Região Autónoma dos Açores, isolada a meio do Atlântico, estaria imune ao consumo e tráfico de estupefacientes. Infelizmente, tal não acontece. Se bem que o consumo não seja alarmante, o tráfico preocupa hoje toda a sociedade açoreana, mesmo o seu sector mais jovem. Num trabalho recentemente realizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade dos Açores, entre muitas outras coisas, os jovens da nossa região foram colocados perante a maior ou menor gravidade de certas situações.

Curiosamente, o tráfico e o uso de drogas foram eleitos como muito graves, o que pode indiciar uma preocupação resultante daquilo que conhecem no meio onde estão inseridos. Nos últimos tempos têm sido encontrados a boiar nos mares dos Açores sacos com quantidades importantes de droga, tendo mesmo alguns deles dado à costa. Mais recentemente 285 kg de cocaína foram apreendidos a bordo de um iate no porto de Ponta Delgada.

Em nossa opinião, isto é uma pequena amostra daquilo que estará a passar pelos Açores.

Daí que seja necessário e urgente:

Primeiro, fiscalizar assiduamente com meios aéreos e marítimos a nossa ZEE, não só para preservar os nossos recursos marinhos, conforme vimos frequentemente alertando, mas também para interceptar a droga na sua rota de ocidente para oriente.

Segundo, aperfeiçoar a nossa legislação de modo a permitir que, quando existam indícios suficientes, os barcos que pelos Açores navegam ou nos Açores aportam possam ser fiscalizados.

Terceiro, dotar as nossas polícias de meios técnicos e humanos suficientes para impedir que este flagelo que assola o mundo tenha nos Açores um «cais» tranquilo e um «porto seguro» a caminho da destruição de pessoas, famílias e sociedades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: estamos todos conscientes — penso eu — de que é o tráfico que tem de ser atacado, uma vez que a grande produção, por muito distante, escapa ao nosso controlo. Daí este apelo forte e veemente para que a fiscalização, sobretudo nos mares e nos portos dos Açores, seja reforçada de tal modo que os Açoreanos possam prosseguir o seu processo de desenvolvimento sem sobressaltos.

Apelo forte e veemente, também, para que as polícias dediquem, desde já, com os meios ao seu alcance, e cada vez mais, o melhor do seu esforço no combate a este flagelo, que paulatinamente vai destruindo a nossa sociedade.

Será este um grande contributo para que este nosso mundo, a braços com os mais diversos problemas, seja habitado por pessoas mais saudáveis, portanto mais capazes de torná-lo uma «casa» onde valha a pena viver.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Arons de Carvalho.

O Sr. Arons de Carvalho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A generalidade dos países europeus e de influência anglo-americana tem uma rica e diversificada experiência de organismos a que se atribuiu a tutela do direito dos cidadãos a uma informação rigorosa e plural.

Esses organismos não são incontroversos. Para muitos, os tribunais e a ética jornalística são guardiões mais do que suficientes da qualidade da informação, não sendo necessários mais controlos ou tutelas sobre a liberdade dos jornalistas. Para outros, mais sensíveis à responsabilidade social dos *media*, o direito dos cidadãos a uma informação objectiva e de qualidade não pode prescindir de organismos que tutelem esses valores sem necessidade de um drástico e moroso recurso aos tribunais.

O fim do monopólio estatal dos audiovisuais deu novo alento aos defensores destes órgãos: não se trata já apenas de contribuir para assegurar o rigor e a objectividade da informação, analisar questões relacionadas com a deontologia da actividade jornalística ou apreciar queixas dos cidadãos ou de entidades interessadas sobre violação das leis; é agora preciso atribuir alvarás ou licenças para a actividade privada da rádio ou da televisão ou, pelo menos, participar na sua atribuição.

Em Portugal, durante alguns anos coexistiram duas dessas experiências: um Conselho de Imprensa, mais vocacionado para as questões deontológicas ou do rigor da informação, e uma entidade — o Conselho de Comunicação Social —, que tinha como missão principal a tutela do sector público.

Ao extinguirem o Conselho de Imprensa, Governo e PSD declararam a sua fé na vitalidade da sociedade civil para erguer dos seus escombros um novo conselho livre de leis e tutelas. Ao recusar-se a participar numa iniciativa desse tipo promovida pelas associações empresariais do sector e do Sindicato dos Jornalistas, a RTP deu a resposta...

Vozes do PS: — É verdade!

O Orador: — A realidade portuguesa é hoje esta: a RTP continua governamentalizada e submissa. A pura operação de cosmética que o Governo se prepara para tentar com a passagem de empresa pública para sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos nada alterará de substancial. A televisão do Estado continuará a ser a televisão do Governo, de uma forma inimaginável na Comunidade Europeia.

A Alta Autoridade para a Comunicação Social continua fiel aos critérios que levaram o PSD a definir a sua composição: nas questões mais polémicas ou de maior impacto, a Alta Autoridade para a Comunicação Social está ao lado da RTP e do Governo. A disciplina partidária do PSD é eficaz e dita a sua lei.

O exemplo mais recente — e porventura mais sugestivo — é o da recente deliberação sobre a resposta da RTP à mensagem presidencial sobre a comunicação social.

Permitam-me que relembre sucintamente os factos: a mensagem do Presidente da República sobre a situação na comunicação social — e não apenas sobre a RTP, repare-se — mereceu uma notícia de cerca de três minutos e meio no principal noticiário — o Telejornal.

Numa intervenção sem paralelo na história recente da RTP, o principal responsável pela sua programação permitiu-se imediatamente utilizar seis minutos do mesmo noticiário para responder a essa mensagem que o Presidente enviara à Assembleia da República.

A Alta Autoridade para a Comunicação Social defende agora — cito — «oportunidade, a razoabilidade e a dignidade» da resposta da RTP.

Vozes do PS: — É uma vergonha!

O Orador: — Esta deliberação da Alta Autoridade, que é afinal uma boa caricatura de si própria, é uma das mais infelizes e lamentáveis que jamais um órgão deste tipo pronunciou em Portugal.

Ela põe em causa a noção de serviço público. A intervenção do director do Canal 1 representa uma ilegítima e ilegal apropriação privada de um bem público.

Ela esquece as regras que impõem alguns deveres à RTP. O que se exige à RTP não é que comente ou que intervenha nos debates, mas sim que proporcione «a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião», o que, aliás, sobre esta matéria nunca quis fazer.

Como é possível aceitar-se que a RTP — que nunca se atribuiu a liberdade de iniciar os noticiários com editoriais, nem sobre uma questão consensual como a situação em Timor Leste — se permita abrir uma excepção para criticar duramente o Presidente da República e a sua mensagem a outro órgão de soberania?

A deliberação da Alta Autoridade para a Comunicação Social — tomada mais de meio ano depois dos factos ocorridos —, essa, sim, é inoportuna, irrazoável e indigna.

Aplausos do PS, do PCP e do deputado independente Mário Tomé.

O Sr. Presidente: (José Manuel Mota): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Elói Franklin Ribeiro.

O Sr. Elói Franklin Ribeiro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com o início dos governos de responsabilidade do Partido Social-Democrata, foi notória a efectivação de uma política de abertura dos consórcios que constituem o tecido sócio-económico do distrito de Vila Real.

Por tal, é hoje bem diferente o espectro dessa comunidade constituída por 14 concelhos encravados entre barreiras naturais importantes, seja o sistema montanhoso a ocidente e norte desta área, seja o vale do Douro, na sua zona mais meridional.

No entanto, persistem as dificuldades de articulação com o exterior, quer por uma ainda deficiente acessibilidade a outras regiões, quer pela fraca atractibilidade desta, face àquelas, quer da forte emigração verificada nas décadas 60 (estrangeiro) e 70 (outras regiões do País), quer ainda, da manifesta falta de homogeneidade, no que respeita à ocupação do solo em todo o seu território. A juntar a estes factores há a acrescentar a pouca competitividade que advém dos seus recursos naturais.

Nós bem sabemos que a resolução de todos estes problemas dependem primariamente das próprias comunidades locais e dos seus legítimos representantes.

Mas também é verdade que ao Estado, dentro das suas atribuições, cabe um papel essencial na modernização

que se impõe das infra-estruturas (tais como vias de comunicação, energia, saúde, educação, saneamento básico, etc.).

Sr. Presidente, Srs. Deputados: é sobre esta problemática que queremos centrar a nossa intervenção, tendo por certo que os recursos do Estado são parcos para a satisfação total das necessidades.

Sendo certo que o principal desafio que hoje se coloca é o do desenvolvimento, não é menos verdade que este mesmo desenvolvimento deve evoluir numa perspectiva de solidariedade inter-regional, conceito este, aliás, sempre defendido pelo PSD. É esta atitude que tem o total acordo maioritário das gentes do meu distrito, esperando e reclamando, através dos seus eleitos, que os investimentos canalizados pela administração central, vulgo PIDDAC (Programa de Investimento e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), ou outros, como, por exemplo, o QCA (Quadro Comunitário de Apoio), evidenciem um crescimento mais consentâneo com as dificuldades enumeradas e com o princípio atrás referido.

Do ponto de vista nacional, tal distribuição evolui conforme as circunstâncias, o lugar e o tempo, ora numa ora noutras regiões. Quanto a nós é chegada a hora do distrito de Vila Real. Mas, seja qual for a evolução, há que referir e ter a consciência de que nunca é demais citar os quadros de bloqueamento que há muito persistem e que é necessário acelerar o seu desmoronamento.

Citamos alguns exemplos, por entendermos serem prioritários e de alguma forma estarmos com eles mais familiarizados:

A formação do cidadão, nas suas vertentes educacional, cultural e desportiva, teve um incremento notório durante o passado recente. Basta olhar para a abertura verificada de novas escolas secundárias C+S, pavilhões desportivos, piscinas, etc., para não falar na grande infra-estrutura educacional que é a UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro).

No entanto, cremos que chegou a hora de avançar com propostas de criação de locais de cultura, tais como museus, casas de leitura, etc., numa política de colaboração com as autarquias, e de abertura ao dinamismo da sociedade civil, porque concelhos há onde neste campo a falta é total, como, por exemplo, o município de Valpaços.

Noutra vertente, e a exemplo doutros locais, é urgente a promoção de instrumentos para a defesa, restauro e conservação de zonas de interesse histórico existentes em várias urbes do distrito.

No campo da saúde os avanços são de louvar, tendo em consideração que, a título de exemplo, nos últimos cinco anos a mortalidade infantil passou de 24/1000 para 13/1000, provando assim quão correcta foi, e é, a política do Governo nesta área. Há que referir o grande regozijo com que a população de Vila Real recebeu a abertura do novo hospital distrital.

No entanto, também nesta importante infra-estrutura, como no Hospital de Chaves, há que dotá-los de mais meios humanos e equipamento capaz de rentabilizá-los ainda mais, por forma a serem capazes de promover um serviço à comunidade de melhor qualidade e precisão; citamos a título de exemplo a instalação, que se torna necessária, de um TAC (aparelho para a feitura de tomografia axial computadorizada).

Na área da circulação de pessoas e bens, debruçar-nos-emos preferencialmente sobre a circulação rodoviária. Com a aprovação do Plano Rodoviário Nacional (PRN) em 1985,

propondo a modernização da rede nacional, pretendeu-se atingir a «satisfação da procura» de transportes, a melhoria das acessibilidades, por forma a incentivar o desenvolvimento económico das «zonas encravadas» do interior.

Neste quadro, o destino do distrito de Vila Real assenta em dois eixos, quase ortogonais, complementados com o IC5 e outras estradas capazes de uma ligação homogénea de todos os concelhos à sua região e às outras limítrofes.

É por de mais evidente que, sem execução física de tais eixos, é de todo impossível o desenvolvimento integrado da região. Foi nesta premissa que se foram construindo os 70 % dos troços constituintes do IP4 (Porto/Bragança/Quintanilha) e estando para muito breve o início dos troços finais, que concluirão esta importante via estruturante.

Cientes de que é indispensável prosseguir o grande esforço levado a cabo nos últimos anos pelos governos do PSD nas estradas nacionais, e, independentemente de sabermos que tais obras têm um tempo próprio para serem projectadas e serem executadas, e porque ele é crucial para o distrito de Vila Real e para meia região interior do País, é urgente também acelerar a continuação do IP3, desde as imediações do Douro, passando por Vila Real, Chaves e Vila Verde da Raia, na sua ligação à vizinha Espanha.

Neste campo, se mais exemplos se poderiam enumerar, outros há que referir: os que estão ligados directamente ao sistema produtivo.

A agricultura é, entre estes, o que maior impacto tem na sociedade local, como facilmente se compreenderá.

Sendo nós adeptos do princípio em que os empresários sejam as locomotivas da reconversão e modernização que se impõe, num clima de perfeita responsabilidade, sem qualquer paternalismo, já que pretender ver o assunto de outro quadrante é pura ficção, uma vez inseridos que estamos na Comunidade Europeia.

Neste quadro, tem também o Estado a obrigação de fomentar o ambiente e enquadramento propícios por forma que, em conjunto com a comunidade científica — e aqui citarei a título de exemplo a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro —, transborde ainda mais para o exterior, em ligação com os empresários, de modo a acelerar a modernização agrícola, recorrendo a meios e recursos, porventura ainda não explorados, que se ajustem ainda melhor às características tão peculiares que a agricultura nesta região apresenta.

Quando referimos novos instrumentos, estamos a pensar, por exemplo, na criação de um programa de emergência à imagem do que aconteceu, com tão bons resultados, na região de Setúbal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Partido Social-Democrata viu, em 6 de Outubro passado, pelos portugueses em geral, e pelos transmontanos em particular, uma adesão nunca antes atingida às propostas de programa apresentadas.

Neste contexto, o Prof. Cavaco Silva, Primeiro-Ministro do País, e o seu Governo viram aqui recentemente aprovado o respectivo Programa, que é muito logicamente a materialização de um programa eleitoral consciente, competente e ganhador.

Estes foram os quesitos básicos que a população do distrito de Vila Real, de uma forma ainda superior à média nacional, votou inequivocamente sim e na qual nós aqui queremos realfirmar e fazer voz.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho.

O Sr. António Martinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Elói Ribeiro, quero, antes de mais, congratular-me pelo facto de um deputado do distrito de Vila Real trazer os problemas do distrito e da região a esta Assembleia.

Vou, contudo, colocar-lhe algumas questões. E para ser directo e muito breve, já que o Sr. Deputado considerou que a intervenção do último governo foi muito positiva para o distrito de Vila Real, desejava perguntar-lhe o seguinte: tendo V. Ex.^a considerado que as vias de comunicação são tão importantes para o distrito e para a região, por que estão parados os IP na nossa região e mais concretamente no nosso distrito? E que é feito dos IC (itinerários complementares) que constam do Plano Rodoviário Nacional? Estarão os deputados do PSD do distrito de Vila Real, e porventura os da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, interessados em reanalisar um possível traçado de uma via rodoviária paralela ao Douro, com vista a enriquecer esta região, que, no traçado das vias rodoviárias, foi esquecida?

Também gostaria de ser esclarecido sobre se, em termos de vias de comunicação, é verdade, ou não — porque parece que o é —, que a linha de caminho de ferro do Douro está destinada a ser secundarizada na parte superior à Régua e com troços que estão destinados a ser entregues a municípios.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Elói Ribeiro.

O Sr. Elói Ribeiro (PSD): — Sr. Deputado António Martinho, a sua pergunta coloca-me numa posição muito cómoda para responder. E isto porque a história e o passado ainda recentes demonstram que foi com o PSD no governo que se conseguiu a construção, a um ritmo bastante acelerado, dos vários lances que constituem o IP4. Como afirmei aqui na minha intervenção, neste momento a construção de 70 % a 75 % de todo o seu itinerário foi feita com governos do PSD.

O Sr. Deputado colocou também outras questões, com as quais, como deputado eleito pelo distrito de Vila Real, eu não poderia dizer que discordava. É evidente que todos nós queremos mais, muito mais! Se fosse possível «levarmos» o Orçamento do Estado para o distrito de Vila Real, com certeza que hoje já tínhamos todas as estradas nacionais construídas — os IC, os IP e tudo o mais. Mas só por falta de responsabilidade é que se pode pedir o que na prática é impossível.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosa Maria Albernaz.

A Sr.^a Rosa Maria Albernaz (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje, como em 1985 e 1989, procuro expressar aqui, na Assembleia da República, a enorme angústia e desencanto que as populações de Espinho e da Feira sentem pelo facto de não estarem resolvidos alguns dos seus velhos e justos anseios, cuja solução muito poderia contribuir para um satisfatório desenvolvimento turístico e industrial do norte do distrito de Aveiro.

Os concelhos da Feira e de Espinho são zonas de enormes potencialidades industriais e turísticas, sendo mesmo Espinho considerado, em termos de ordenamento do

território, como um decisivo pólo de desenvolvimento turístico. Não há desenvolvimento, nem industrial nem turístico, se não forem eliminados com urgência bloqueamentos que poderão afastar, talvez irreversível e irrecuperavelmente, estes concelhos dos níveis europeus tão apregoados e desejáveis.

Começaria, então, por referir uma área chave e prioritária, que é a da rede viária e dos condicionalismos de acesso aos grandes eixos rodoviários.

Se é verdade que já estão em curso os trabalhos relativos à execução da variante à EN 109, que ligará Miramar a Cortegaça, impõe-se ainda assegurar uma mais adequada articulação desta via à rede rodoviária existente, em particular no que respeita aos acessos à cidade de Espinho, ou seja, toma-se prioritário diversificar o número de acessos a este importante pólo gerador de tráfego, de forma a descongestionar a circulação urbana.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Não poderia também deixar de mencionar a construção de um nó da auto-estrada com a variante à EN 326, três quilómetros a nascente de Espinho, reivindicação que, aliás, já fiz nesta Assembleia.

É que se trata de obra da máxima importância para o desenvolvimento da área industrial ao norte do concelho da Feira, em virtude de ser o sector corticeiro uma área de enorme peso económico no desenvolvimento industrial do País e que representa, só no contexto da economia corticeira, 11 000 postos de trabalho, um valor de exportação na ordem dos 84 milhões de contos e um volume de matérias-primas que transitam no montante de 205 000 t. É pois, em face destes números, urgente este nó rodoviário, uma velha aspiração das populações industriais de Santa Maria de Lamas, Paços de Brandão, Moscelos, Oleiros, Lourosa e do próprio concelho de Espinho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: é necessário criar condições ao pleno desenvolvimento do concelho de Espinho, encarando com frontalidade a resolução das questões que condicionam e estrangulam esse desenvolvimento.

Para além do já referido, Espinho pretende ainda implementar o seu Plano Parcial de Urbanização a sul, que passa pela revitalização da pista do Aero Clube, pela construção de um novo campo de golfe e de um hipódromo.

Nessa área de enormes recursos naturais e de grande interesse ecológico, já reconhecida por diploma legal que consagra a criação da Reserva Natural da Lagoa de Paramos, encontram-se instalados a carreira de tiro de Espinho e o quartel do Regimento de Engenharia, que naturalmente afectam, como área militar, grande parte daquela zona.

A transferência destes equipamentos militares seria de inegável interesse para a concretização do referido Plano.

Certo é que cabe estritamente ao poder militar definir, em matéria da sua competência, o interesse estratégico-militar da manutenção dessa localização.

Contudo, cabe ao poder civil ser porta-voz dos justos anseios das populações e, como tal, ser o interlocutor legítimo das autoridades militares.

Importa ainda destacar que, nesta área de elevado interesse ecológico, a situação de degradação da lagoa de Paramos se tem acentuado nestes últimos anos, malefício que

se deve ao contínuo lançamento de efluentes industriais não tratados nos ribeiros desta bacia hidrográfica, o que constituiu um clamoroso atentado ao meio ambiente.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Por isso, queremos a adopção de medidas que ponham cobro a tal situação, ainda a tempo de salvar este ecossistema, como espero.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: também a situação dos serviços de atendimento permanente no Hospital de Espinho nos merece sérias preocupações.

A inexistência de quadros de pessoal nos próprios para estes serviços leva ao recurso da contratação a termo, extremamente difícil de concretizar nesta zona, penalizando gravemente a população local.

Outro motivo de insatisfação é ainda a falta de definição das valências afectas a cada unidade hospitalar desta zona (Espinho-São Paio de Oleiros-Ovar), bem como a ausência de articulação entre estes Hospitais, o que cria um vazio na área da assistência hospitalar a toda a população entre Aveiro e Gaia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: é Espinho uma localidade de formação recente, mas que, mesmo assim, conseguiu um desenvolvimento espantoso no seu panorama físico, económico e humano.

Por isso novamente, nesta Casa, afirmo que, «se viver em Espinho é hoje, ainda, o usufruto de uma certa tranquilidade, a possibilidade de residir num espaço onde ainda impera a dimensão humana, não podemos, nem devemos, adormecer, em face de carências e condicionantes que podem colocar em perigo essa tranquilidade de vida, essa possibilidade de residir em local aprazível e agradável, o que, evidentemente, implica a salvaguarda cuidadosa dos interesses mais legítimos da população local» — neste caso, dos interesses legítimos de todos os espinhenses.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Batista Cardoso.

O Sr. Manuel Batista Cardoso (PSD): — Sr. Deputada Rosa Maria Albernaz, quero expressar o meu agrado por mais uma vez colocar aqui um problema que, de facto, tem sido ventilado, tanto pela sua parte como pela nossa.

Refiro-me concretamente ao excerto da sua intervenção que respeita ao nó rodoviário da parte norte do concelho de Santa Maria da Feira, algures por Nogueira da Regedora, que serviria não só a cidade de Espinho como a parte norte do concelho de Santa Maria da Feira e a parte sul do concelho de Vila Nova de Gaia.

Por um lado, quero solidarizar-me com a posição aqui expressa por V. Ex.^a e, mais do que perguntar, informar que estão em curso diversas diligências encetadas pela população civil, enquadrada pelos autarcas dos três municípios — Espinho, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia —, e que têm sido ultimamente objecto de posições formais por parte dos próprios presidentes de câmara, tanto de Espinho como de Vila Nova de Gaia e de Santa Maria da Feira.

Portanto, mais do que uma pergunta, esta minha intervenção reflecte a minha solidariedade para com as preocupações de V. Ex.^a e da zona que ambos representamos.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rosa Maria Albernaz.

A Sr.ª Rosa Maria Albernaz (PS): — Sr. Deputado e caro colega, quero agradecer-lhe as suas palavras e fazer votos para que brevemente a população de Espinho e a do norte do concelho da Feira e do nosso distrito possam vir a ter o tão desejado nó da auto-estrada.

A razão desta minha intervenção, abordando novamente o famigerado nó da auto-estrada, é a de que, como disse, apesar de em 1985 ter colocado esta questão e ela ter «corrido» os ministérios, estamos em 1991 e ainda não foi resolvida.

No entanto, espero que brevemente a nossa população possa beneficiar do nó da auto-estrada.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo da Cunha.

O Sr. Jorge Paulo da Cunha (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Chegou-nos agora mesmo a informação, através de familiares da vítima, de que, após um simulacro de julgamento, um pretenso tribunal, na noite passada, decretou em Bali a pena de morte para oito estudantes de Timor, entre os quais José Maria Pompeia Saldanha Ribeiro, estando prevista a execução no próximo fim de semana.

A Amnistia Internacional está já a efectuar diligências de última instância para que o regime ditatorial da Indonésia comute a pena. A minha incredulidade esbarrou com três tentativas positivas de confirmação desta terrível informação.

Lanço daqui o meu veemente e pungente apelo a todas as organizações humanitárias para que façam os possíveis no sentido de que a pena referida seja comutada. Infelizmente, temo que este apelo não belisque a indiferença da Indonésia e do seu regime. Para além das questões políticas subjacentes ao problema de Timor e da qualificação da entidade judicial que proferiu a sentença, falo daqui do direito à vida de todas as pessoas e da dignidade da pessoa humana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o direito à vida tem também a ver com a morte lenta que é a droga.

Falar de toxicod dependência hoje não é fácil, sobretudo sem repetir o que foi dito a propósito da aprovação, por unanimidade, do relatório elaborado pela Comissão de Juventude da Assembleia da República, em Janeiro de 1990, e durante a discussão de um projecto de lei, em Junho de 1991.

Parece-nos que a droga não deve merecer menor preocupação pelo facto de a nossa atenção estar dirigida para temas da actualidade. É sempre útil a chamada de atenção para uma praga que se encontra longe de estar sob controlo, no nosso país e no mundo. Todos os dias são batidos recordes de apreensões, especialmente de cocaína e heroína, sendo crescente o número de traficantes implicados e consumidores envolvidos.

Se é correcto admitir que a melhoria do equipamento das polícias e das medidas repressivas permitiram um mais eficaz combate ao tráfico, não devemos adormecer, já que os fora-da-lei dispõem de grandes e poderosos meios, que necessitam da resposta adequada do poder judicial e policial e de todos os poderes públicos. Não devem existir contemplações para com todos aqueles que, após julgamento, sejam considerados culpados de crime de tráfico.

As prioridades neste combate são a prevenção primária e o combate ao tráfico. Esta verdade não nos deve, porém, fazer esquecer a grande pressão sobre os estabelecimentos de tratamento de milhares de jovens toxicod dependentes que procuram instituições para se tratarem e para a sua reinserção social.

A prevenção primária deve, no entanto, merecer atenção particular. É muito mais fácil prevenir o contacto com a droga do que sujeitar um toxicod dependente a um tratamento longo e difícil, com grandes custos financeiros e com uma grande percentagem de reincidências. A prevenção deve ter início na escola primária, fazendo-se a apologia de uma vida sem drogas e devendo ser valorizadas noções como as da solidariedade, participação, amizade e «amor próprio», desenvolvendo-se paralelamente a ocupação adequada dos tempos livres; numa palavra, uma educação baseada nos valores e no respeito das nossas tradições e das nossas raízes.

O trabalho das associações da sociedade civil tem sido importantíssimo. Todavia, não pode nem deve passar exclusivamente pela organização de seminários e reflexões, mas sim por acções no terreno da prevenção primária.

A prevenção primária tem de ser feita por pessoas preparadas para a intervenção, e nela o ensino técnico-profissional deverá ser uma das soluções. Deve ser articulada a capacidade de intervenção da sociedade civil, já que a abnegação e a devoção não podem nem devem ser as únicas qualidades requeridas a todos aqueles que querem intervir neste campo.

Urge, pois, que se criem os instrumentos necessários à formação de técnicos, por um período que não ultrapasse os três anos. Existe já, aliás, um programa comunitário com estudos nessa área e com protagonismo de técnicos portugueses.

Tem de haver, pois, alternativas de tratamento de qualidade e em quantidade suficiente para permitir a possibilidade de tratamento a todos aqueles que o desejem ou que, em vez da prisão, escolham o tratamento voluntário.

A ideia de existir um centro de atendimento permanente em todas as capitais de distrito (dez dos quais já em funcionamento) está em evidente curso de concretização. O Governo apoiou o aparecimento das comunidades terapêuticas, dando desta forma resposta a uma imensa necessidade que se assiste no nosso país. Estas comunidades terapêuticas, lideradas por instituições da sociedade civil, constituem um evidente sinal de optimismo.

Não tenho dúvidas de que são necessários muitos meios para se combater de forma séria este problema. A urgência em preparar os técnicos para esta área, a disponibilização de espaços e o acompanhamento técnico das experiências obrigam a que se disponha de meios vultuosos, mas sabemos que estes, em tempo de rigor no nosso país, nunca são abundantes.

Será, pois, fundamental que o Governo continue a considerar esta área como prioritária.

No combate ao tráfico continua a assistir-se hoje a um aumento do fluxo da cocaína e da heroína para a Europa, devido ao diferencial de preços existente. Portugal é um país de alto risco, devido à extensão da nossa costa, da dificuldade em vigiá-la e dos laços culturais e familiares com zonas produtoras da América Latina e do Extremo Oriente.

Esse combate poderá ser mais efectivo se um conjunto de medidas for aplicado com rigor e eficiência. Contam-se entre tais medidas as seguintes: implementar medidas le-

gislativas que agravem a punição dos traficantes e permitam o confisco de todos os seus bens, desaparecendo a sensação de impunidade de que aparentemente gozam; dispor de mecanismos legais que impeçam a «lavagem» dos dinheiros provenientes da droga, o confisco desses bens e a sua alocação para actividades directamente ligadas ao combate ao tráfico; criar um sistema de informações que aglutine os actualmente existentes.

No confisco dos bens dos traficantes deve existir celeridade e eficácia, devendo o instituto da pena suspensa ser aplicado rigorosamente.

A reinserção social não pode ser esquecida, já que todo o trabalho será em vão se ela falhar.

A exigência de qualidade deve fazer parte da nossa atitude no dia-a-dia, em especial numa área que afecta tão dramaticamente todos nós.

Por outro lado, o montante de bens públicos afectos a esta área, que no corrente ano ultrapassaram os três milhões de contos, necessita de ser correctamente avaliado. Existem poucos padrões de avaliação para as várias experiências em curso e a investigação epidemiológica é incipiente, o que, aliado à insuficiência das alternativas de tratamento, permite o desenvolvimento de instituições privadas para a recuperação de toxicodependentes sem qualquer controlo de qualidade e sem avaliação dos métodos terapêuticos aí ministrados.

É, pois, fundamental que a avaliação seja encarada como prioridade igual às outras vertentes da toxicodependência. É igualmente importante saber se o dinheiro dos contribuintes está a ser aplicado da maneira mais eficaz para agir no tratamento.

Neste combate é também fundamental que o espírito de solidariedade voluntária deva estar sempre presente, mas, como é óbvio, meios técnicos, de formação e financeiros têm de estar disponíveis para potenciar o espírito de dádiva e de participação dos cidadãos.

Cabe aos políticos, entre outras coisas, contribuir na luta contra a indiferença, contra o comodismo e contra a culpabilização dos outros, do Governo, da sociedade e, enfim, um pouco de todos nós. Devem ainda os políticos liderar — e não comandar — as iniciativas, procurando alocar recursos para programas baseados na comunidade e que sejam bem sucedidos.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Devem igualmente ter preocupações reforçadas na coordenação e avaliação dos programas em curso.

A grande sensibilidade da opinião pública não pode nem deve permitir à classe política a exploração de forma demagógica dos graves problemas resultantes da expansão do consumo.

Termino lembrando que ganhar este combate não é fácil. Requer paciência, empenhamento e seriedade, mas acredito que dele seremos vencedores. Queiramos todos não ficar indiferentes a este problema!

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Brito.

O Sr. Raul Brito (PS): — Sr. Deputado Jorge Paulo da Cunha, manifestou V. Ex.^a a indignação e o protesto pelo conhecimento que tomou de que o governo indonésio

estaria na disponibilidade de condenar à morte um dos vários estudantes que neste momento estão detidos.

Comungamos, naturalmente, dessa sua preocupação e indignação. Pensamos é que é insuficiente apenas a manifestação dessa indignação e desse protesto. Daí que lhe perguntemos se o Governo português, que efectivamente dispõe hoje de meios e instrumentos poderosíssimos no plano das relações internacionais, para porventura poder inflectir uma decisão dessas, já agiu, já tomou alguma decisão ou já apresentou formalmente algum protesto.

Sabendo nós, por outro lado, que está a decorrer um inquérito sem as mínimas condições de isenção e imparcialidade, pergunto-lhe se é suficiente a posição portuguesa de pura e simplesmente dizer que está contra esse inquérito e que ele não é isento ou se, pelo contrário, temos condições para efectivamente exigir mais, sobretudo no plano das Nações Unidas.

Pergunto-lhe, assim, se não estaríamos em condições de requerer ao respectivo Secretário-Geral ou ao Conselho de Segurança que essa instituição, que tem idoneidade e isenção, propusesse a realização de um inquérito imparcial. Só nessas condições poderíamos então defender com coerência e alguma eficácia a vida dessas pessoas, que realmente correm muito perigo.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Deputado Jorge Paulo da Cunha, mais do que dirigir-lhe um pedido de esclarecimento, quero acompanhar o Sr. Deputado na sua indignação e protesto pela condenação à morte de vários estudantes, resultante das acções em defesa da liberdade de Timor Leste que foram desencadeadas em Díli, notícia que o Sr. Deputado aqui nos trouxe.

Queremos manifestar aqui toda a nossa disponibilidade para as iniciativas que se entenda tomar em conjunto no sentido de pressionar as autoridades indonésias a impedir a concretização das condenações à morte de que o Sr. Deputado nos deu notícia.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo da Cunha.

O Sr. Jorge Paulo da Cunha (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero agradecer as questões que me colocaram e dizer que tive esta informação há cerca de hora e meia, uma vez que terá chegado a Lisboa às 12 horas e 15 minutos.

Já tive oportunidade de comunicar para dois locais em Sidney, na Austrália, e tudo indica que o julgamento, ontem, decidiu condenar à morte os oito estudantes timorenses.

É evidente que isto não é nada de novo!... Felizmente, neste momento, a atenção da comunidade internacional é maior, e eu não podia, de alguma forma — estando a preparar uma intervenção que tem a ver com o direito à vida —, deixar de manifestar aqui a terrível mágoa que sinto por esta situação.

Relativamente à forma como os órgãos de soberania — e suponho que é essa a questão — têm conduzido o contra-ataque à diplomacia indonésia, devo dizer que estou solidário com eles e estou disposto, no âmbito da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor

Leste, de que fazemos parte, a discutir, juntamente com todas as forças partidárias — já que, como é evidente, não há divergências partidárias neste campo —, aquilo que de melhor houver a fazer nesta área.

Infelizmente, tenho muitas dúvidas da capacidade da opinião pública internacional, mais desperta hoje do que no passado, para conseguir reverter a situação. Mas devo dizer também que irei, ainda hoje, através de organizações de que faço parte, quer políticas quer partidárias, fazer a maior pressão possível — embora, infelizmente, ela seja mínima — para que este assunto seja denunciado a nível internacional e seja permitida uma esperança a todos aqueles que, ainda por julgar, têm, com certeza, a vida em perigo por acreditarem numa causa.

Não quero, pois, fazer aqui grandes dissertações sobre aquilo que é a minha opinião relativamente a Timor Leste — e peço-lhe, Sr. Deputado, que me compreenda dessa maneira —, já que temos um «palco» natural e institucional para o fazer, que é a Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, quero relembrar que está a decorrer o acto eleitoral para os órgãos externos à Assembleia da República, na Sala D. Maria, a fim de que os Srs. Deputados que ainda não votaram o possam fazer até às 18 horas.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Lourdes Hespanhol.

A Sr.^a Lourdes Hespanhol (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao iniciar esta minha intervenção sobre um problema inédito no País, que afecta o concelho de Mértola, quero desde já lembrar e saudar desta tribuna o Homem e o génio do arqueólogo que é Cláudio Torres, agora galardoado com o Prémio Pessoa 91.

Aplausos do PCP.

Pelo seu saber e pela sua dedicação Mértola é hoje um importante centro museológico vivo! O Museu Romano e de Arte Sacra constituem um riquíssimo património histórico; mas, para além destes, a imensidão de «achados» de arte islâmica fazem de Mértola um centro de estudos de visita e trabalho, imprescindíveis à formação de especialistas nacionais e estrangeiros em arte islâmica.

Ali, à beira do rio Guadiana, onde o passado e o presente se entrelaçam em cambiantes que nos mostram que a nossa cultura tem raízes profundas no passado e que é importante e urgente que o presente as respeite, as divulgue e também com elas se procure responder às necessidades e desafios do desenvolvimento harmónico do povo e do País.

O problema inédito de que vos falava no início acontece exactamente no concelho de Mértola, mais propriamente na freguesia de Mina de São Domingos e lugar do Pomarão. Permitam-me que recorde um pouco a história destes lugares.

As minas de São Domingos são conhecidas desde o tempo dos romanos e cartagineses. No início do século XIX foi vendida a área de exploração desta região a uma empresa de capitais mistos La Sabine, com sede em Huelva, e que fez concessão à companhia Mason & Barry para extracção do minério em 1858, ano em que foram extraídas 236 t de pirites sulfurosas.

Começou, por esta altura um período áureo para a região. Foi instalada a primeira central eléctrica de todo o

Alentejo; foi montada a primeira linha ferroviária do País, numa distância de 17 km, entre Mina de São Domingos e Pomarão, onde foi construído um porto fluvial no Guadiana, tendo sido construídos equipamentos sociais vários, assim como um grande número de habitações.

Depois veio o final da exploração por parte da La Sabine, com um diferendo entre os mineiros, que afirmavam não estar a mina exausta, e a empresa, que afirmava que esta já não era rentável.

Foi então proposta pela empresa a revitalização das localidades através de um importante investimento na área do turismo. Paradoxalmente, a mesma empresa procedeu ao completo e total desmantelamento das infra-estruturas do complexo mineiro.

Destruíu-se assim um valioso património representativo de uma fase do desenvolvimento de uma terra alentejana.

Este património, que poderia ter sido reconvertido, não o foi e disso, por certo, não se poderá acusar o poder local. Apesar da destruição sistemática de que foi alvo o parque mineiro, a localidade de São Domingos tem sido mantida em razoável bom estado de conservação pelos habitantes ainda residentes, enquanto aguardam os melhoramentos prometidos e apesar de o território em causa ser propriedade da empresa La Sabine.

A demonstrá-lo está a realização do Plano Geral de Urbanização de Mina de São Domingos e do Pomarão, iniciado em 1989, e que, a realizar-se, seria, este o primeiro projecto de reconversão integrada de uma estrutura mineira a realizar em Portugal, que só será possível quando o solo da Mina de São Domingos e Pomarão for português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: isto passa-se em Portugal, ali no distrito de Beja, junto à fronteira com Espanha. O Sr. Primeiro-Ministro visitou estas terras e estas gentes no passado sábado e declarou às populações não ter conhecimento desta situação. Pasme-se!...

Depois de quatro anos como Primeiro-Ministro de Portugal, depois de uma recente campanha eleitoral que, em princípio, deveria melhor permitir o contacto e a resolução dos problemas das populações, o Sr. Primeiro-Ministro nada sabe!

Pior do que isso! A Câmara de Mértola já em diferentes oportunidades apresentou o problema ao Sr. Ministro do Planeamento. E depois? Como foi? Foi para o «arquivo geral do lixo»?

Em 1987 uma empresa americana quis comprar a propriedade e houve uma informação sobre esta situação.

Que aconteceu? A informação foi directamente para os Estados Unidos e em Portugal os mais altos responsáveis do Governo não tomaram conhecimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: eu própria e os meus camaradas eleitos pelo distrito de Beja, em 1989, mais propriamente em 15 de Fevereiro, fizemos entrar na Mesa da Assembleia da República o requerimento n.º 566/V a solicitar informação ao Governo sobre as medidas tomadas para a resolução do regime de propriedade da Mina de São Domingos e Pomarão, e até ao final da V legislatura não houve resposta.

O Sr. Primeiro-Ministro não sabia? Como circula então a informação entre os diferentes patamares do poder?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: mas hoje a situação pode ter-se alterado para o concelho de Mértola e para a Mina de São Domingos e Pomarão. O Sr. Primeiro-Ministro comprometeu-se perante a população a estudar, conjuntamente com a Câmara Municipal de Mértola, a resolução deste problema.

A nós cabe-nos o papel de insistir, de exigir a celeridade no processo e de acompanhar o trabalho do Governo, com vista à resolução deste importante problema, de reflexos óbvios em qualquer estratégia de desenvolvimento integrado para aquela região.

É o que faremos!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Maia): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para aproveitar o tempo que nos foi atribuído para esta sessão, gostaria de chamar a vossa atenção para uma grave situação que afecta os estabelecimentos de ensino especial.

Estes estabelecimentos passam por uma situação dramática, que importa dar a conhecer a esta Assembleia.

Tal situação decorre, em larga medida, do facto de, para o Governo, o ensino especial ser tratado, pelo menos em termos orçamentais, como um parente pobre do sistema educativo, com níveis de financiamento ridículos, esquecendo que os alunos que recorrem a esse tipo de ensino, por terem especiais dificuldades, careceriam de cuidados especiais e de um tratamento preferencial no quadro das prioridades educativas.

Porém, ao contrário do que seria razoável, o que acontece de facto é que o ensino especial é uma das primeiras áreas a preterir pelo Governo na sua política de restrição orçamental da educação e uma das áreas a privilegiar sempre que se trate de cortar nessas verbas, já de si escassas. Foi o que aconteceu, recentemente, quando o chamado orçamento rectificativo reduziu a zero as despesas de investimento com o ensino especial em 1991.

A incúria do Estado neste domínio tem sido parcialmente colmatada por estabelecimentos de ensino particular, que estão sujeitos a um regime de mensalidades máximas fixadas por portaria conjunta da Secretaria de Estado da Segurança Social e da Secretaria de Estado da Reforma Educativa.

A actualização dessas mensalidades máximas e, consequentemente, a participação pública no funcionamento desses estabelecimentos tem-se baseado em taxas de inflação previstas pelo Governo, não tendo em conta as alterações na estrutura de custos de funcionamento dos estabelecimentos do ensino especial.

Acontece que a estrutura de custos actualmente considerada resulta de um estudo feito em 1975. Entretanto, de então para cá, a política que tem sido adoptada de integração das crianças com deficiências e dificuldades ligeiras no sistema de ensino regular, deixando para o ensino especial os casos de deficiências mais profundas, tem alterado substancialmente a estrutura de custos de funcionamento desses estabelecimentos de ensino. Por isso mesmo foi criada uma comissão, por despacho conjunto da Secretaria de Estado da Segurança Social e da Secretaria de Estado da Reforma Educativa, com o objectivo de estudar e propor soluções para esse sector de ensino. Esta comissão já entregou os relatórios finais, que estão na posse do Governo.

No entanto, foi publicada, em 31 de Outubro do corrente ano, uma portaria que não responde minimamente aos problemas que afectam os estabelecimentos particulares de educação especial.

Sabe-se que a maioria dos trabalhadores desses estabelecimentos iniciaram este ano lectivo com salários em atraso. Esta é uma situação que se arrasta já há vários anos e para a qual tem sido alertada, por diversas vezes, a atenção do Governo.

Acontece que esta situação dos salários em atraso foi parcialmente colmatada. No entanto, a portaria publicada em Outubro do corrente ano ameaça seriamente a sobrevivência destes estabelecimentos e põe em causa o direito ao ensino por parte de muitas crianças deficientes profundas.

Achamos que é nossa obrigação trazer aqui, a esta sessão, este grave problema, que exige da parte do Governo uma resposta imediata que permita, de facto, que estas crianças, que são especialmente carentes de protecção da sociedade e do Estado, possam ver satisfeito o seu direito ao ensino, sem os riscos de as escolas que frequentam terem de encerrar por falta de meios económicos, por responsabilidade exclusiva do Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, a próxima sessão realiza-se amanhã, às 10 horas, com o período da ordem do dia destinado a diversas ratificações, como é do vosso conhecimento, sendo ainda dado conhecimento dos resultados das eleições para delegações e missões internacionais.

Informo ainda os Srs. Deputados de que o acto eleitoral para as delegações e missões internacionais está a decorrer, encerrando às 18 horas, pelo que os Srs. Deputados que ainda não votaram, devem fazê-lo até à referida hora.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro Bissaia Barreto.
António Barbosa de Melo.
António José da Motta Veiga.
Fernando Cardoso Ferreira.
Filipe Manuel Silva Abreu.
José Ângelo Correia.
Pedro Augusto Cunha Pinto.

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
João António Gonçalves do Amaral.
Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.

Centro Democrático Social (CDS):

Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Soares Campos.
Fernando Gomes Pereira.
Jaime Gomes Milhomens.
José Pereira Lopes.

Partido Socialista (PS):

António Correia de Campos.
António Oliveira Guterres.
Fernando Alberto Marques.

João António Gomes Proença.
José Barbosa Mota.
José Martins Goulart.

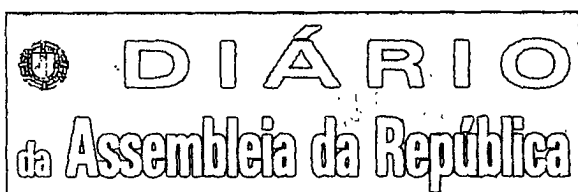
Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Lopes.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
José Luís Nogueira de Brito.

A Divisão de Redacção da Assembleia da República.



DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8819/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTES NÚMEROS 120\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.